

***O PENSAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE CARL
SCHMITT NO CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA
REPÚBLICA DE WEIMAR***

Argemiro Cardoso Moreira Martins

**DISSERTAÇÃO APRESENTADA AO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
COMO REQUISITO À OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM
CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO**

Orientador: Prof. Dr. Nilson Borges Filho

FLORIANÓPOLIS

1996

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

**A dissertação: O PENSAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE
CARL SCHMITT NO CONTEXTO HISTÓRICO-POLÍTICO DA
REPÚBLICA DE WEIMAR.**

**elaborada por Argemiro Cardoso Moreira Martins e aprovada pela
unanimidade dos membros da Banca Examinadora foi julgada adequada à
obtenção do título de Mestre em Direito.**

Florianópolis, 04 de abril de 1996.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Nilson Borges Filho

Presidente

Prof. Dr. Oswaldo Ferreira de Melo

Membro

Prof. Msc. Orides Mezzaroba

Membro

Prof. Orientador:

Prof. Dr. Nilson Borges Filho

Prof. Coorientador:

Prof. Dr. Oswaldo Ferreira de Melo

Coordenador do Curso de Pós-Graduação em Direito:

Alcebiades de Oliveira Jr.

Prof. Dr. José Alcebiades de Oliveira Júnior
Coordenador CPGD/CCJ/UFSC

“A aprovação do presente trabalho acadêmico não significará o endosso do Professor Orientador, da Banca Examinadora e do CPGD/UFSC à ideologia que o fundamenta ou que nele é exposta.”

RESUMO:

A presente dissertação de mestrado tem por objetivo o estudo da obra político-constitucional de Carl Schmitt dentro do contexto histórico-político da República alemã de Weimar - período no qual Schmitt escreveu o conjunto mais significativo de sua obra.

Assim, tendo em vista o objetivo proposto, o presente trabalho divide-se em quatro partes a seguir indicadas. A primeira cuida do contexto político-histórico da República de Weimar. A segunda trata do pensamento especificamente político de Carl Schmitt. A terceira trata de seu pensamento político-constitucional. Por fim, as considerações finais, onde procuramos traçar um paralelo entre a obra schmittiana e o contexto em que foi produzida. Além disso, procuramos salientar os contributos do autor à teoria política e constitucional.

RESUMEN:

La presente disertación tiene por objeto un estudio de la obra político-constitucional de Carl Schmitt dentro de un contexto histórico-político de la República alemana de Weimar, período en el qual Schmitt escribió el conjunto más significativo de su obra.

Así, teniendo en cuenta el objeto propuesto, el presente trabajo se divide en quatro partes, expuestas de la siguiente manera. La primera trata del contexto político-histórico de la República de Weimar. La segunda trata de el pensamiento específicamente político de Carl Schmitt. La tercera trata de su pensamiento político-constitucional. Por último, las consideraciones finales, donde buscamos trazar un paralelo entre la obra schmittiana y el contexto en que fué producida. Además, buscamos salientar los contributos del autor a la teoría política y constitucional.

SUMÁRIO.

INTRODUÇÃO 08

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DA REPÚBLICA DE WEIMAR 13

1.1. O nascimento da República e a luta entre os socialistas. 13

1.2. As primeiras eleições e a constituição de Weimar. 18

1.3. A crise econômica e a atuação da extrema direita. 26

1.4. O período de prosperidade e as omissões de Weimar. 32

1.5. O colapso da República de Weimar. 39

1.6. Carl Schmitt e o Nazismo. 49

CAPÍTULO II

O PENSAMENTO POLÍTICO DE CARL SCHMITT. 54

2.1. O conceito do político. 54

| | |
|-------------------------------------|----|
| 2.2 .O Estado. | 63 |
| 2.3. A unidade política. | 65 |
| 2.4. A neutralização política. | 68 |

CAPÍTULO III

| | |
|--|----|
| O PENSAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE CARL SCHMITT. | 73 |
|--|----|

| | |
|---|----|
| 3.1. A constituição como decisão política e o problema de sua reforma. | 74 |
|---|----|

| | |
|--|----|
| 3.2. A teoria das formas de governo e a idéia de Estado de direito. | 85 |
|--|----|

| | |
|----------------------------|----|
| CONSIDERAÇÕES FINAIS. | 96 |
|----------------------------|----|

| | |
|--------------------|-----|
| BIBLIOGRAFIA. | 104 |
|--------------------|-----|

INTRODUÇÃO

O jurista e teórico político alemão Carl Schmitt nasceu em 1888 em Plettenberg, Westfália; oriundo de uma família católica de classe média pouco abastada. Sua trajetória foi marcada pelo estigma de sua adesão ao regime nacional-socialista de Adolf Hitler no período de 1932 a 1937, época em que elaborou a denominada “teoria das ordens concretas”, na qual colocava a vontade do “Führer” como fonte suprema do Direito.¹ Tal fato levou Schmitt ao ostracismo no período do pós-guerra, além de marcar o conjunto de sua obra como o fruto de um pensamento autoritário e conservador. Somente após a sua morte, em 1985, se retomaram de maneira menos preconceituosa e desapaixorada os estudos acerca de sua obra.

Vários motivos justificam o interesse pelo estudo da obra de Carl Schmitt. Em primeiro lugar, ele foi um autor de grande erudição, que a utilizava não por mero diletantismo, mas como fundamento de suas contundentes críticas ao parlamento, ao regime democrático e à ordem constitucional do Estado liberal-burguês. Como salienta Verdú, Schmitt era um intelectual sincrético, conhecedor de diversos pensamentos e pensadores, que constituíram, após refinada reelaboração, o lastro de seus argumentos². Este fato torna Schmitt um pensador singular, avesso às

¹ VANOSSI, Jorge Reinaldo A. *Teoría Constitucional - teoría constituyente*, tomo I, p. 45.

² . *Carl Schmitt, interprete singular y maximo debelador de la cultura politico-constitucional demoliberal*, p.34

tentativas de enquadramento de sua obra em grandes escolas ou sistemas de pensamento. Em segundo lugar, o fato de Schmitt ter vivenciado a profunda crise da República de Weimar, a qual acompanhou na condição de observador extremamente crítico e arguto. Soma-se a isso o conteúdo evidentemente polêmico de suas teses, tomemos apenas o exemplo de sua famosa afirmação de que tudo o que é politicamente existente é digno de existir juridicamente.³ Tais características justificam o estudo de Carl Schmitt, cuja tamanha singularidade científica e cultural, como salienta Verdú, justifica o interesse que há muito tempo tem suscitado.⁴

O estudo da obra de Carl Schmitt apresenta duas dificuldades. A primeira consiste na quantidade e na variedade de seus escritos. Pois o conjunto de sua obra é composto por, mais ou menos, cinquenta livros e monografias, além de uns duzentos artigos, que tratam dos mais variados temas relacionados com a política, a história, a filosofia e o direito. Ademais, além de sua erudição e ecletismo, Schmitt é um autor assistemático, cujos escritos não formam um corpo teórico fechado e articulado.⁵ A segunda dificuldade consiste no fato de Schmitt apresentar várias fases no seu pensamento, basicamente três: a primeira denominada de fase “existencial-decisionista”, que reúne o conjunto de seus escritos de 1922 a 1932; a segunda denominada de fase das “ordens concretas”, que reúne o conjunto de suas

³ Esta famosa tese schmittiana será discutida, de maneira mais detida, no capítulo III desta dissertação.

⁴ *Op. cit.* p.26.

⁵ Como salienta Verdú: “Si consideramos que un sistema jurídico requiere una coherencia interna, y externa, adecuada presidida por una lógica intrínseca, inmanente al mismo, entonces no puede hablarse de um sistema en la obra schmittiana”. Verdú, no entanto, julga descobrir no pensamento de Schmitt uma certa ordem ou linha de pensamento, a qual ele denomina de “sistema-assistemático”, mais ou menos articulados em razão de um objetivo comum: “El peculiar sistema schmittiano es coherente porque, partiendo de unos postulados voluntaristas (decisionistas), los va desarrollando en sus diversas obras hasta su propósito final: la debelación del Estado demoliberal”. Assim, para Verdú, Schmitt é um “perigosíssimo inimigo” da ordem democrática-liberal, cuja obra está orientada para a crítica desse sistema político, identificando neste objetivo a sua peculiar coerencia ou “sistematicidade- assistemática” (*op. cit.* p. 44).

obras escritas no período em que Schmitt colaborou com o regime nazista e, finalmente, a terceira, iniciada após a II Guerra Mundial, onde Schmitt se dedica a temas de direito internacional público.

Em face das dificuldades acima indicadas, a presente dissertação se restringirá ao estudo do pensamento de Schmitt em sua fase “existencial-decisionista”, desenvolvida ao longo do período republicano de Weimar. Desta maneira, a presente dissertação traz por título: “O pensamento político-constitucional de Carl Schmitt no contexto histórico-político da República de Weimar”.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste na investigação do pensamento de Carl Schmitt no que tange à política e ao direito constitucional. Investigaremos, em primeiro lugar, os contornos principais de seu pensamento político-jurídico e, secundariamente, o grau da influência que o contexto político da República de Weimar exerceu sobre o seu pensamento.

A circunscrição do tema da presente dissertação sobre a fase weimariana do pensamento de Schmitt deve-se a dois motivos fundamentais. O primeiro é relativo à enorme extensão e variedade da obra schmittiana (acima aludida), o que praticamente torna necessário uma delimitação temporal ao estudo do seu pensamento. O segundo, porém não em importância, é relativo ao fato de que Schmitt escreveu o conjunto de suas principais obras políticas e jurídicas (estas notadamente sobre a constituição e direito constitucional) no período weimariano: Teoria da Constituição (1928); A defesa da Constituição (1931); O conceito do Político (1932); Legalidade e Legitimidade (1932). Assim, a problemática jurídica

foi colocada em face de uma situação histórico-política determinada, como era próprio de Schmitt, que escrevia em face de acontecimentos políticos precisos. Desta forma, ao estabelecermos um limite temporal ao estudo da obra de Schmitt, julgamos fazer justiça ao autor, pois salientamos o caráter circunstancial e específico de suas considerações sobre o direito e a realidade política, procurando evitar, assim, possíveis generalizações indevidas de seus enunciados. O que é certamente condenável, principalmente em face do próprio Schmitt, que afirmava não ser possível escrever um mesmo ensaio duas vezes, porque as situações políticas mudam constantemente, de tal sorte que “uma verdade histórica é verdade somente uma vez”.⁶

Cumprido, ainda, dizer que esta dissertação não tem por objetivo uma investigação histórico-política exaustiva da República de Weimar, pois, como acima foi indicado, trata-se de uma delimitação necessária e justificável em face da obra de Carl Schmitt. Trata-se, pois, de um recorte indispensável à compreensão de seu pensamento no tocante à política e ao direito constitucional, o que, por sua vez, constitui o objeto de análise deste trabalho.

Tendo em vista o objetivo acima indicado, esta dissertação é dividida em três capítulos, mais a conclusão, que serão a seguir comentados.

O capítulo I apresenta uma “**breve história política da República de Weimar**”, cujo principal objetivo não é traçar um quadro amplo e exaustivo deste período tão importante da história alemã e européia, mas traçar um pequeno quadro

⁶ *apud* Verdú, *op. cit.* p.45.

histórico, indicativo dos principais acontecimentos políticos desse período, com o fito de salientar o contexto em que Carl Schmitt escreveu o conjunto de suas principais obras, e cujo conhecimento é de grande importância para o esclarecimento de seu pensamento, no que tange à política e ao direito. Incluímos, neste capítulo, um tópico acerca do envolvimento de Schmitt com o nazismo, com isso busca-se lançar luzes sobre este fato controvertido da vida do autor e que tanto contribui para a obliteração de seu pensamento.

O capítulo II, intitulado **“o pensamento político de Carl Schmitt”**, busca traçar o quadro dos principais conceitos e categorias políticas schmittianas, tais como o próprio conceito de político, bem como o seu fundamento (a dicotomia amigo-inimigo), o conceito de Estado e outros conceitos relacionados com estes.

O capítulo III, cujo título é **“o pensamento político-constitucional de Carl Schmitt”**, trata dos conceitos e categorias político-constitucionais schmittianas, tais como a idéia de Estado de direito, o conceito de constituição e de poder constituinte, e as demais categorias indispensáveis à compreensão de seu pensamento.

Por fim, as **“considerações finais”** desta dissertação, que busca evidenciar os principais tópicos do pensamento de Carl Schmitt no que tange à política e ao direito constitucional, salientando, ainda, os seus aspectos originais e, por vezes, polêmicos através da análise dedutiva dos seus conceitos, expostos nos capítulos precedentes. Ademais, busca-se a sua devida contextualização histórica no quadro político da República de Weimar.

CAPÍTULO I

BREVE HISTÓRIA POLÍTICA DA REPÚBLICA DE WEIMAR.

Como já foi adiantado na introdução do presente trabalho, este capítulo não tem por objetivo a descrição longa e exaustiva da história política de Weimar, mas apenas fornecer os principais fatos ou elementos histórico-políticos necessários à compreensão da obra de Carl Schmitt. Desta forma, o presente capítulo apresenta algumas lacunas e generalizações quanto ao conjunto dos fatos que compuseram a história da efêmera República alemã, bem como prescinde de maiores considerações sociológicas ou econômicas acerca das causas e conseqüências do nascimento e morte da República de Weimar.

1.1. O NASCIMENTO DA REPÚBLICA E A LUTA ENTRE OS SOCIALISTAS.

A derrota da Alemanha na Primeira Grande Guerra Mundial ocasionou a queda do “Kaiser” Guilherme II em 08 de novembro de 1918, quando o então chanceler Max von Baden anunciou a renúncia do imperador e passou a chancelaria ao social-democrata Friedrich Ebert. No dia seguinte, o também social-democrata,

Philipp Scheidemann proclamou a República, colocando um ponto final na monarquia alemã instituída por Bismark.⁷

Assim, a República nasceu sob os auspícios da social-democracia, haja vista que a aristocracia militar e civil dos “junkers”⁸ estava desacreditada, após ter levado o país a uma desastrosa aventura militar que custou a vida de 1,8 milhões de alemães.⁹

O “Partido Social Democrata da Alemanha” (SPD)¹⁰ foi o resultado da fusão de dois partidos socialistas durante o Congresso de Gotha, em 1875. O primeiro, fundado por Ferdinand Lassale, visava atingir o socialismo via sufrágio universal, contando para isso com o voto dos trabalhadores alemães, que, à época, se estimava como sendo mais de 95% da população. Assim, os “lassalianos” se pautavam por uma prática baseada em reformas políticas e sociais. Desta forma, eles abdicavam da revolução social, a qual o moderado Friedrich Ebert dizia odiar como ao próprio

⁷ Otto von Bismark (1815-1898), estadista alemão tido como o grande articulador do processo de unificação alemã, ocorrido após a derrota da França na guerra de 1870. Tal fato marcou profundamente a história alemã, pois a sua unificação, ocorrida bem mais tarde do que em outros países europeus, tais como a França e a Espanha, foi patrocinada pelos denominados “junkers”, membros da aristocracia militar prussiana, e não pelos membros da burguesia alemã, pois, como salienta Maurício Tratenberg: “a Alemanha, país subdesenvolvido até o último quartel do século XIX, fora o mais burocrático. Isso, pelo fato de o poder político sob o capitalismo ter sido inversamente proporcional à maturidade e vigor da burguesia nacional. Tal ocorre, especialmente após a unificação do Reich sob Bismark, quando a burguesia, dominando a vida econômica, abandona a direção do país a grupos estamentais que ela tem dificuldade de controlar. Isso se deve ao fato da mudança social rápida incrementada pelo desenvolvimento econômico. É provavelmente o caráter retardatário e rápido da Revolução Industrial alemã que explica essa falha de uma burguesia que não soube assumir as responsabilidades que lhe impunha sua preponderância no aspecto econômico” (*Burocracia e Ideologia*, p. 93-94). Este fato constitui a estrutura social que vigorou na Alemanha monárquia onde o poder político-estatal era fundado no Partido Conservador, na Igreja Protestante e na burocracia prussiana, cujos quadros eram compostos por funcionários oriundos da classe “junker” (Tratenberg, *op cit.*, p. 98).

⁸ O termo alemão “junker” significa: fidalgo, latifundiário. Cf. Tochtrop, Leonardo. *Dicionário alemão-português*. 6º ed. Rio de Janeiro: Globo, 1989.

⁹ Gay, Peter. *A cultura de Weimar*, p. 15.

¹⁰ Nominamos, após o nome do partido em português, a sua respectiva sigla em alemão. Doravante, todas as siglas de partidos aqui indicadas corresponderão as iniciais do nome em alemão.

Diabo.¹¹ O segundo, fundado por August Bebel e Karl Liebknecht, defendia, inspirado na doutrina marxista¹², a revolução como forma de conquista do Estado pelos trabalhadores. A partir desta união o SPD tornou-se um poderoso partido que chegou a possuir, somados os sindicatos livres a ele ligados, 2,5 milhões de adeptos em 1914.¹³

No entanto a união não superou as contradições entre ambas as partes, de tal forma que as divergentes concepções e projetos políticos não suportaram conviver sob o mesmo partido após a declaração da I Grande Guerra em 1914. A decisão da delegação do SPD em votar a favor da concessão dos créditos de guerra, em agosto de 1914, dilacerou a tênue aliança entre os moderados, que apoiaram a Guerra, e os descontentes com tal decisão.¹⁴

Em 1917, dissidentes do Partido Social-Democrata formaram o “Partido Socialista Independente da Alemanha” (USPD), que, a partir de então, passaram a defender a paz, em discordância do apoio que a ala mais reformista do SPD vinha dando à guerra desde a sua declaração em 04 de agosto de 1914. Ao USPD juntou-se o grupo dos marxistas revolucionários liderados por Rosa Luxemburgo e Karl

¹¹ Dupeux, Louis. *História Cultural da Alemanha*, p. 28.

¹² Nome dado a teoria inicialmente elaborada por Karl Marx (1818-1883) e Friedrich Engels (1820-1895). Estes, partindo de uma crítica do pensamento de Hegel e de Feuerbach, propõem uma superação da filosofia, ao inaugurar uma concepção “materialista” e “dialética” da história, concebida a partir do desenvolvimento das “relações sociais de produção”. Com base nesta concepção de mundo, Marx e Engels lançaram as bases de seu projeto político: a abolição das diferenças sociais, fruto do desenvolvimento desordenado das relações de produção, através da socialização dos meios de produção capitalistas. Ainda segundo este projeto de emancipação, esta tarefa incumbe, precipuamente, a classe dos trabalhadores, em função do papel por estes desempenhado no modo de produção capitalista. Esta tarefa é desdobrada em duas etapas. A primeira consiste na tomada beligerante do Estado e seu uso no processo de socialização dos meios de produção. Esta fase é denominada de “ditadura do proletariado”, em razão do poder que esta classe deve exercer sobre a sua classe antagônica: a burguesia. A segunda etapa consistiria na extinção do Estado, uma vez que a sua existência se deve à existência de diferenças sociais entre os homens, coisa que não mais subsistiria neste novo tipo de sociedade denominada de “comunista”.

¹³ Dupeux. *Ibidem*.

¹⁴ Gay, *Op. cit.*, p.166.

Liebknecht, que romperam com o SPD em janeiro de 1916 e formaram a denominada Liga Espartaquista.- nome retirado de “Spartacus”, gladiador Trácio que liderou uma revolta de escravos na Roma Antiga no século I a.C..Os “espartaquistas” vinham, desde o início de novembro de 1918, organizando conselhos de trabalhadores e soldados e liderando greves.

Terminada a I Guerra, as animosidades entre os partidos de esquerda alemães (SPD, USPD e a Liga Espartaquista) se intensificaram mais ainda. Nunca, na história política de Weimar, estes segmentos superaram totalmente suas diferenças. A própria República foi filha do dissenso, nascendo mais por casuísmo do que por idealismo, pois Philipp Scheidemann objetivava apenas antecipar-se à proclamação de uma república socialista por Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht. Assim, no dia 09 de novembro, movido mais pelas circunstâncias do que pelo ideal republicano, de uma janela do “Reichstag” em Berlim, ele proclamou a República ante a população ali aglomerada.¹⁵

Friedrich Ebert, ao assumir a chancelaria, em 10 de novembro de 1919, compôs um governo provisório formado por três membros do SPD e três do USPD. Este governo não durou sequer dois meses, pois, em 27 de dezembro daquele ano, os independentes do USPD o abandonaram, após uma série de desentendimentos. Os reformistas do SPD queriam um governo parlamentar, como forma de implementar uma transformação social e econômica sem maiores sobressaltos. Os independentes do USPD, como salienta Moore Jr., mostravam-se incertos quanto ao

¹⁵ Gay, *Ibidem.*; Shirer. *Ascensão e queda do III Reich.*, p.92-93.

que realmente queriam, mas concordavam quanto ao que não queriam: o retorno ao *status quo* anterior a 1918.¹⁶

Os espartaquistas, por sua vez, mostraram-se mais resolutos quanto aos seus objetivos políticos. Estes buscavam uma mudança mais radical, no sentido das mudanças sociais implementadas pelos bolcheviques na Rússia. Assim, desde novembro de 1918, eles vinham liderando uma série de greves e revoltas de trabalhadores e soldados. Em 30 de dezembro, os espartaquistas, juntamente com outros pequenos grupos revolucionários, fundaram o “Partido Comunista da Alemanha” (KPD).¹⁷

Internamente o país era sacudido por uma série de revoltas e greves provocadas pelos espartaquistas, que haviam boicotado as eleições no início de 1919. Ante a sublevação dos espartaquistas o governo social-democrata resolveu agir. Friedrich Ebert delegou a tarefa de repressão dos comunistas a seu ministro da defesa, o também social-democrata Gustav Noske, açougueiro de profissão, que chegou ao “Reichstag” após abrir caminho no movimento sindicalista. Com o auxílio do exército e de grupos de extrema direita, Noske sufocou, em pouco tempo, a revolta espartaquista. Assim, no dia 15 de janeiro de 1919, Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram mortos em Berlim. Outro socialista, Kurt Eisner, foi assassinado em 28 de fevereiro do mesmo ano. Sua morte provocou uma greve geral que

¹⁶ *Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta*. p. 381. Prosseguindo com Moore Jr.: “Embora o USPD tenha procurado tornar-se um partido político de massas após o final da guerra, fracassou em estabelecer qualquer identidade política mais clara ou efetiva, em grande medida porque seus líderes, e muito provavelmente uma ampla proporção de seus seguidores, podiam encontrar poucos pontos de concordância, além da oposição às políticas dos socialistas majoritários” (*op. cit.*, p. 396).

¹⁷ Dupeux, *op. cit.*, P.39.

culmionou com a proclamação de uma República Socialista na Bavária, que acabou sendo esmagada em maio daquele mesmo ano.¹⁸

A violência com que o governo da social-democracia agiu na repressão das revoltas comunistas levou-os a um perigoso precedente: a aliança com os militares e grupos de direita. Desde novembro de 1918, quando Friedrich Ebert aceitou a aliança com os militares proposta pelo general Wilhelm Groener, o segundo homem em importância na hierarquia militar, consistente na manutenção do Marechal-de-Campo Paul von Hindenburg no comando do exército, a social-democracia vinha se comprometendo cada vez mais, a ponto de contar com o apoio de grupos paramilitares de extrema direita, os chamados “Freikorps”, na repressão do levante espartaquista.¹⁹

1.2. AS PRIMEIRAS ELEIÇÕES E A CONSTITUIÇÃO DE WEIMAR.

Apesar dos conflitos, as eleições para a assembléia constituinte foram realizadas em 19 de janeiro de 1919. Além do SPD e do USPD, concorreram nessas eleições outros partidos. Cumpre observar que a nominação dos partidos, a seguir exposta, não é uma caracterização exaustiva de suas fisionomias políticas. Mas

¹⁸ Gay, *op. cit.*, p. 168. Para um estudo mais minucioso acerca do levante espartaquista, v. Moore Jr., *op. cit.*, p. 393-427.

¹⁹ Gay, *op. cit.*, p. 168.

apenas um conjunto de elementos genéricos que buscavam situá-los dentro do quadro político de Weimar.

O **Partido do Povo Alemão (DVP)**, fundado por Gustav Stresemann, em dezembro de 1918, defendia a idéia de uma monarquia parlamentarista. Tratava-se de uma organização de inclinações direitistas, que contava com o apoio de grandes industriais.²⁰

O **Partido Nacional Alemão (DNVP)** agrupava os egressos do antigo Partido Conservador da época do Império, além de outros grupos de direita e racistas de extrema-direita. Era um partido que defendia a monarquia, atacava o socialismo e era hostil à República de Weimar. Ademais contava com o apoio de uma força paramilitar, cujos integrantes, recrutados entre ex-combatentes e desempregados, eram conhecidos como "capacetes de aço".²¹

O **Partido Democrático Alemão (DDP)**, fundado em novembro de 1918, foi um partido liberal de centro-esquerda, que visava amainar os conflitos sociais. Assim, buscava, de um lado, a reagrupação da burguesia liberal e, de outro, integrar a classe proletária ao processo político por meio de uma democracia participativa. Após iniciar como um grande partido, caiu até tornar-se um pequeno grupo composto por grandes personalidades. Entre seus membros ilustres contava com o sociólogo Max Weber, o historiador Friedrich Meinecke, o jurista Hugo Preuss e o industrial Walter Rathenau.²²

²⁰ Dupeux, *op. cit.*, p. 47-48; Gay, *op. cit.*, p. 167-168.

²¹ Dupeux, *op. cit.*, p. 48-50; Gay, *ibidem*.

²² Dupeux, *op. cit.*, p. 32-34.

O **Partido do Centro**, mais conhecido como "Zentrum", era formado por católicos agrupados em duas correntes: de um lado a democracia cristã e de outro aqueles mais apegados à tradição da Igreja. Estes últimos buscavam "a defesa e a promoção do ideal cristão de cultura e de educação da vida do povo".²³ Como define Peter Gay: "uma amálgama de monarquistas e republicanos brandos".²⁴

Mais de 30 milhões de alemães votaram, dando uma larga maioria ao SPD, 11,5 milhões de votos contra 2,5 milhões de votos do USPD, que acabou em quinto lugar. Assim, ficaram dispostas as quatrocentas e vinte cadeiras do "Reichstag": o SPD ficou com 163 lugares; o "Zentrum", com 89; o Partido Democrático, com 75; o Partido Nacional Alemão, com 42; o USPD, com 39; e o Partido do Povo, com 12.²⁵

A Assembléia foi oficialmente aberta em Weimar no dia 9 de fevereiro de 1919. No dia 11 deste mês elegeu Friedrich Ebert para presidente do Reich, e este, por sua vez, nomeou Philip Scheidmann, o proclamador da República, para a Chancelaria. Este último nomeou um gabinete que era formado pelos membros dos três partidos vencedores nas eleições: o SPD, o "Zentrum" e o Partido Democrático (a coalizão de Weimar).²⁶

Weimar foi escolhida para sediar a Assembléia Constituinte pelo fato de que Berlim, como confessou Philip Scheidmann, não era segura. Ademais, havia um significado simbólico: Weimar era a cidade de Goethe. A Alemanha havia tentado o

²³ Dupeux, *op. cit.*, p. 35.

²⁴ Gay, *op. cit.*, p. 167.

²⁵ Gay, *op. cit.*, p. 167-168.

²⁶ Gay, *ibidem*.

caminho de Bismark, agora estava pronta para tentar o caminho do grande escritor, mas “fundar um país na cidade de Goethe não garantia um país à imagem de Goethe”.²⁷ A história, no entanto, verificou que a jovem República se assemelhou mais à obra trágica do que ao autor, mais à criação do que ao criador, mais a Fausto do que a Goethe.

A nascente e conturbada República encontrava-se às voltas com problemas herdados da guerra, pois a Alemanha sofria o pesado ônus imposto pelos vencedores da I Grande Guerra. O Tratado de Versalhes devolveu a Alsácia-Lorena à França (conquistada pelos alemães na guerra de 1870); transferiu a Prússia Oriental, a Alta Silésia e Posen para a recém-criada Polônia; transformou Dantzig numa cidade livre; entregou algumas pequenas regiões à Bélgica; bem como privou a Alemanha de suas colônias. Além da retaliação de seu território, os alemães tiveram que suportar uma série de restrições a sua soberania nacional, tais como: a proibição da união com a Áustria; a ocupação militar da margem esquerda do Reno; a decretação do fim do Estado-Maior Alemão; a entrega de seus “criminosos de guerra” para julgamento; a redução do Exército Nacional a um efetivo de 100 mil homens, dentre outras medidas que visavam ao controle do poder militar alemão. Em síntese, o Tratado de Versalhes atribuía a culpa exclusiva da guerra à Alemanha, impunha uma pesada dívida e exigia que o Governo alemão assumisse, em nome do país, a responsabilidade de ter dado causa ao conflito.²⁸

²⁷ Gay, *op. cit.*, 16.

²⁸ Gay, *op. cit.*, 168-169.

O recebimento da notícia sobre as imposições do Tratado de Versalhes provocou a indignada demissão do Chanceler Philip Scheidmann em 20 de junho de 1919. A extrema severidade com que os vencedores trataram os vencidos provocou nestes um sentimento de revolta. O Marechal-de-Campo von Hindenburg esbravejou: "melhor perecer honrosamente do que aceitar uma paz indigna".²⁹

Mas praticamente todos os alemães esperavam por uma revogação dos termos mais severos do tratado. No entanto o gabinete que sucedeu o de Scheidmann, encabeçado por outro social-democrata, Gustav Bauer, cedeu ao ultimato dos Aliados em Versalhes, evitando apenas a extradição de seus criminosos de guerra. Assim, os alemães não mais poderiam esperar pela indulgência, apenas pela vingança.³⁰

Apesar dos graves problemas internos e externos, a Assembléia reunida em Weimar promulgou a Constituição da República em 11 de agosto de 1919. Tratava-se de uma carta política popular e democrática, que guardava, no entanto, velhos princípios caros à tradição alemã. Desta maneira principia o documento:

"O povo alemão, uno em seus componentes étnicos e animado da vontade de renovar e consolidar o Império [Reich], na liberdade e na justiça, de contribuir para a paz dentro e fora de suas fronteiras e de trabalhar para o progresso social, estabelece a Constituição seguinte".³¹

²⁹ Shirer, *op. cit.*, p. 102.

³⁰ Gay, *op. cit.*, p. 68-69.

³¹ "A Constituição de Weimar". In: Miranda, Jorge (org. e trad.). *Textos históricos do Direito Constitucional*. p. 271.

Assim, já no seu preâmbulo, a Constituição deixa transparecer as contradições políticas existentes entre os seus formuladores, pois, ao colocar os valores de "liberdade" e de "progresso social" como fins do povo, define este como uma unidade de "componentes étnicos" - relíquia do nacionalismo alemão tardio.

A Constituição garantia vários direitos individuais clássicos, tais como: a igualdade formal de todos perante a lei, banindo qualquer privilégio resultante "do nascimento ou de condição social"; a liberdade de ir e vir; o princípio da legalidade e da anterioridade da lei penal; a inviolabilidade do domicílio e da correspondência; a livre expressão do pensamento; o direito de reunião pacífica e a liberdade de religião.³²

Além disso, a Constituição de Weimar introduziu uma série de disposições acerca da ordem econômica e da transformação social, estabelecendo: a "dignidade humana" como limite à "liberdade econômica individual"; a proibição da "usura"; o dever de cumprimento de uma função de "interesse social" para o exercício do direito de propriedade; o direito à habitação para todos os alemães, prevendo para tanto a expropriação de bens imóveis privados; a possibilidade de expropriação, mediante indenização, das "empresas econômicas privadas" e sua conversão em "propriedade da coletividade"; a liberdade de associação sindical; a criação de um sistema de seguridade social; a participação dos operários na regulamentação dos salários e das condições de trabalho; a criação de "conselhos operários distritais" e sua participação, juntamente com os empresários, num "conselho econômico do

³² V. arts. 109; 111; 114-118; 123 e 135 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p.283-285; 287.

Reich", responsável pela supervisão dos projetos de lei em matéria de política econômica e social, podendo, ainda, ter iniciativa quanto à proposição destas leis.³³

Quanto à forma de organização política e territorial, a Constituição estabelecia que o "Reich" Alemão era uma República Federal, composta pelos territórios dos seus dezessete estados membros (denominados de "Länder"), que eram representados no "conselho do *Reich*" ("Reichsrat").³⁴

As eleições para a Assembléia do "Reich" ("Reichstag"), o órgão legislativo nacional, se davam por sufrágio universal, direto e secreto, sendo que os seus deputados possuíam um mandato de quatro anos.³⁵

O governo do "Reich" era exercido pelo Chanceler e seus Ministros. Estes respondiam por seus atos perante o "Reichstag", que podia demitir o Chanceler e qualquer Ministro pelo voto de desconfiança de maioria de seus membros.³⁶

No entanto a jovem República não era um regime basicamente parlamentarista. Ela possuía um presidente forte, também eleito por voto universal, direto e secreto para um mandato de sete anos. A ele competia: o comando das forças armadas; a nomeação e a demissão do Chanceler e dos Ministros; a representação do "Reich" Alemão nas suas relações exteriores (a celebração de

³³ V. arts. 151-153; 155-156; 159; 161e 165 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p.290-293.

³⁴ V. arts. 20 e 60 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p. 271 e 278.

³⁵ V. arts. 20;22 e 23 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p. 273-274.

³⁶ V. arts. 54 e 56 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p. 227-228.

tratados e acordos com países estrangeiros, a declaração de guerra e a celebração da paz, tudo com a anuência do "Reichstag").³⁷

O Presidente do "Reich", no entanto, podia perder o mandato mediante o voto de dois terços do "Reichstag" e posterior consulta popular por meio de referendo. Em contrapartida, o Presidente possuía poderes para dissolver o "Reichstag", mas apenas uma vez, pelo mesmo motivo.³⁸

Ademais, o Presidente gozava de prerrogativas excepcionais, pois, "no caso de perturbação ou ameaças graves à segurança e ordem pública", ele podia se valer do "recurso à força armada", com o intuito de impor medidas necessárias ao "restabelecimento da ordem e da segurança". Além disso, o Presidente poderia suspender, total ou parcialmente, os seguintes direitos fundamentais: a inviolabilidade do domicílio, da correspondência, das ligações telefônicas e telegráficas; a liberdade dos cidadãos traduzida no direito de informação do preso quanto aos motivos e à autoridade responsável por sua prisão, bem como o direito de reclamar desta; a liberdade de expressão por palavra, escrita ou oral, por imagem ou por qualquer outro meio; o direito à reunião pacífica; o direito à livre associação e o direito de propriedade. Tratava-se do famoso artigo 48 da Constituição, a brecha legal que permitiu a Hitler, anos mais tarde, desferir o golpe que vitimou a própria República de Weimar.³⁹

³⁷ V. arts. 41; 43; 45; 47 e 52 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p. 275-277.

³⁸ V. arts. 25 e 43 da Constituição de Weimar. In: Miranda, *op. cit.*, p. 274-276.

³⁹ Miranda, *op. cit.*, p. 277.

Em síntese, o documento de Weimar constituiu a primeira tentativa constitucional de abarcar outras questões (notadamente as de caráter sócio-econômico), além das referentes à organização do Estado e à garantia dos direitos fundamentais. Foi, sobretudo, o resultado dos esforços da social-democracia que pautava-se, de um lado, pela "rejeição aberta à possibilidade de tomada do poder por via revolucionária" e, de outro, por uma "fé inabalável na possibilidade de transformar a sociedade capitalista por meios de recursos pacíficos do voto e das eleições sistemáticas".⁴⁰

1.3. A CRISE ECONÔMICA E A ATUAÇÃO DA EXTREMA DIREITA.

Apesar da promulgação da Constituição, as dificuldades da República estavam longe de terminar. Em março de 1920, a extrema direita entra em cena ao deflagrar o levante denominado de "Putsch" de Kapp, nome retirado de seu líder, o Dr. Wolfgang Kapp, um burocrata civil do leste da Prússia. Desde a capitulação ante as imposições ditadas em Versalhes, os conservadores conspiravam contra a República e tramavam a restauração da monarquia. No dia 13 de março uma brigada naval marchou sobre Berlim, as tropas locais se recusaram a atirar em seus camaradas e o governo da República fugiu da cidade. No entanto uma greve geral paralisou a ação dos golpistas, levando-os a abandonar seus intentos, quatro dias após a sua entrada em Berlim. É de se notar a extrema benevolência com que o

⁴⁰ Voltaire, Schilling. *Os grandes momentos constitucionais da história da humanidade*. p. 19.

governo social-democrata tratou os golpistas, comparando-se a sua ação um ano antes na repressão aos comunistas, pois, ao passo que Rosa Luxemburgo teve seu destino selado por um tiro, o líder Kapp teve permissão para deixar o país.⁴¹

No dia 06 de junho, as novas eleições para o “Reichstag” determinaram o novo perfil da República, que, aliás, não foi favorável para a social-democracia do SDP. O Partido Nacional Alemão e o Partido do Povo (de Stresemann) foram os grandes vitoriosos. O Partido Democrata, que havia surpreendido na primeira eleição, caiu quase até um terço de sua votação anterior. O SDP, que havia liderado as votações na primeira eleição para o parlamento, caiu vertiginosamente, apresentando um total de 5, ½ milhões de votos, 6 milhões a menos do que a votação anterior. Os independentes do USDP, pelo contrário, mostraram um novo vigor. No entanto o fato novo foi a grande procriação de pequenos partidos, que, somados, possuíam 241 cadeiras no parlamento, contra 225 da coalizão de Weimar.⁴²

Isso foi o resultado de um complexo sistema de representação proporcional, estabelecido com o intuito de garantir às minorias a oportunidade de possuírem representantes no parlamento, o que acabou por permitir a multiplicação de pequenos partidos dissidentes. Tal fato impossibilitou a constituição de uma maioria parlamentar, bem como acarretou em freqüentes mudanças no governo.⁴³

⁴¹ Gay, *op. cit.*, p. 170.

⁴² Gay, *op. cit.*, p. 170-171.

⁴³ Shirer, *op. cit.*, p. 98.

A nova configuração política do “Reichstag” levou o centrista Konstantin Fehrbach à chancelaria. Em maio de 1921, o gabinete de Fehrbach foi substituído pelo gabinete encabeçado por Joseph Wirth, outro centrista, que formou o seu segundo gabinete em outubro deste mesmo ano. O chanceler Joseph Wirth, empenhado em pagar a enorme dívida de guerra alemã de 132 marcos-ouro, entregou mais de 1 bilhão em ouro aos países vencedores. Esta quantia, somada aos 08 bilhões que a Alemanha já havia pago até abril daquele ano, causaram uma falta de ouro no mercado. Esta enorme fuga de capitais levou o país a uma onda inflacionária sem precedentes. No início de 1921 eram precisos 45 marcos para comprar um dólar, no meio do ano já eram necessários 60 marcos, em setembro a equivalência marco-dólar estava em 100 por um, chegando a 160 por um no final do ano.⁴⁴

Assim, o país via-se metido em um círculo mortal: a intransigência dos aliados na cobrança da dívida externa levava ao vertiginoso crescimento da inflação, que, por sua vez, acarretava em maiores complicações internas para a República. Um exemplo disso foi o caso do Ministro do Exterior do gabinete de Joseph Wirth, Walther Rathenau. Os insucessos do governo na negociação da dívida de guerra não tardaram a ser atribuídos a figura de Rathenau, que era judeu. Uma pequena exortação que circulava entre os extremistas de direita resume bem a situação: “Atirem nesse Walter Rathenau / Esse maldito porco judeu”. No entanto os

⁴⁴ Gay, *op. cit.*, p.171.

extremistas não se limitaram ao escárnio e, em 24 de junho de 1922, mataram a tiros o Ministro Rathenau.⁴⁵

No entanto a delicada situação política e econômica alemã não sensibilizava em nada os países credores de sua dívida de guerra. E, em janeiro de 1923, tropas francesas e belgas ocuparam a região do Ruhr, como forma de pressionar o pagamento das parcelas atrasadas da dívida. Os operários alemães responderam com uma greve geral. As tropas de ocupação agiram violentamente e houve choques com os trabalhadores, que ocasionaram várias mortes. O governo alemão, ante o impasse, apenas recomendava a resistência passiva.⁴⁶

Com a ocupação do Ruhr, a Alemanha viu-se privada de uma importante região industrial e carbonífera, responsável por toda a produção nacional de aço e por quatro quintos da extração de carvão. Isso levou o país ao colapso, pois o “Reichsbank” já não tinha mais reservas e a inflação estava fora de controle. Em janeiro de 1923, um dólar valia cerca de 18 mil marcos; no mês de julho passou a valer 160 mil marcos e, em agosto, equivalia a um milhão de marcos. Assim, os índices inflacionários atingiam níveis fantásticos: o preço do pão ou de qualquer outro produto ou serviço eram contabilizados em trilhões. E a inflação não parava de crescer, a ponto de, em novembro daquele ano, serem necessários quatro bilhões de marcos para se comprar um dólar.⁴⁷

⁴⁵ Gay, *op. cit.*, p. 172.

⁴⁶ Gay, *op. cit.*, p. 172-173.

⁴⁷ Gay, *op. cit.*, 173; Shirer, *op. cit.*, p. 105-106.

Assim, a situação tornava-se simplesmente insuportável: a produção caiu a índices baixíssimos; milhões de burgueses perderam os seus bens, e com isso milhares de trabalhadores perderam o emprego; os fazendeiros e agricultores se recusavam a entregar seus produtos; havia distúrbios por comida. Esse quadro caótico e dramático serviu para desacreditar mais ainda a República de Weimar.⁴⁸

Em agosto de 1923 os sociais-democratas pregavam a necessidade de uma coalizão nacional para salvar o país da catástrofe em que se encontrava. No entanto, deixaram patente a sua desconfiança no gabinete encabeçado pelo chanceler Wilhelm Cuno, que havia substituído o gabinete de Joseph Wirth em novembro de 1922. Assim, Cuno demitiu-se e seu lugar foi ocupado por Stresseman, do Partido do Povo, de tendência conservadora. Sob o governo Stresseman a resistência passiva no Ruhr foi liquidada e a produção recomeçou a duras penas.⁴⁹

A desesperadora situação econômica, a presença de tropas francesas no Ruhr e a política conciliatória de Stresseman deram um novo ânimo aos conspiradores da extrema direita. Assim, na noite do dia 08 de novembro de 1923, o pequeno Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP) irrompe em cena com o malfadado golpe conhecido como o “putsch” da cervejaria de Munique. O levante não passou de um blefe: Hitler, Göering e Ludendorff (este um respeitado herói da I Grande Guerra) se detiveram ante os primeiros tiros deflagrados na manhã do dia 09 de novembro, quinto aniversário da república.⁵⁰

⁴⁸ Gay, *ibdem*.

⁴⁹ Gay, *ibdem*.; Shirer, *op. cit.*, p.109.

⁵⁰ Gay, *op. cit.*, p. 173-174.

Ainda em novembro de 1923, o gabinete de Stresseman caiu ante as pressões dos sociais-democratas, que o acusavam de ter sido excessivamente brando na repressão aos conspiradores de extrema direita. No entanto isso não garantiu a volta da social-democracia ao poder, pois todos os seis gabinetes que governaram a Alemanha de dezembro de 1923 a junho de 1928 tiveram, invariavelmente, Stresseman como seu Ministro do Exterior.⁵¹

No dia 28 de fevereiro de 1925, morreu o Presidente Friedrich Ebert, e sua sucessão, após uma eleição em dois turnos e prolongadas manobras políticas, coube ao idoso Marechal Hindenburg, herói da I Grande Guerra. O fato de um militar ocupar a Presidência causou temores quanto ao destino da República. No entanto Hindenburg mostrou-se um escrupuloso chefe de Estado, pelo menos até ser tomado pela senilidade, de tal sorte que os temores dos republicanos foram, aos poucos, se esvanecendo.⁵²

Quase um ano antes, em julho de 1924, uma mudança no cenário político internacional veio a favorecer a Alemanha: o denominado “plano Dawes”, assim chamado em razão de seu idealizador, o banqueiro e estadista norte-americano Charles G. Dawes. Este plano não somente compreendia a redução dos pagamentos da dívida de guerra alemã, mas previa empréstimos ao governo republicano, bem como a retirada das tropas francesas da região do Ruhr. Após longos debates e discussões entre vencedores e vencidos, o plano Dawes foi aprovado e, em julho de

⁵¹ Gay, *op. cit.*, p. 174.

⁵² Gay, *op. cit.*, p. 175.

1925, a ocupação do Ruhr chega ao fim com a retirada do último contingente francês.⁵³

1.4. O PERÍODO DE PROSPERIDADE E AS OMISSÕES DE WEIMAR.

Desde novembro de 1923 o governo vinha impondo uma duríssima política econômica, que terminou com a impressão do dinheiro e substituiu a antiga moeda, o “Reichsmark”, por uma nova, o “Rentenmark”. A ação do governo, o recebimento de empréstimos estrangeiros e a volta do controle alemão sobre a região industrial e carbonífera do Ruhr provocaram uma estabilização econômica a partir da segunda metade de 1925. Também a situação externa alemã melhorava sensivelmente. Em outubro de 1925, a França, a Grã-Bretanha, a Bélgica, a Itália e a Alemanha assinaram o Tratado de Lucarno, que estabeleceu as fronteiras ocidentais e previa a solução pacífica para as disputas fronteiriças posteriores. Em junho de 1926 a Alemanha selou um pacto de amizade com a União Soviética e em setembro ingressou na Liga das Nações. Esta série de acordos culminou com o tratado de Kellog-Briand, no qual a Alemanha condenava a guerra como instrumento de política nacional. Parecia que a República havia superado suas crises intestinas; a ordem, finalmente, sobreveio ao caos.⁵⁴

⁵³ Gay, *ibidem*.

⁵⁴ Gay, *ibidem*.

A Alemanha passou a experimentar um período de grande prosperidade econômica: a indústria modernizava-se e os negócios eram estáveis; o desemprego caía pela primeira vez após a guerra, atingindo a modesta cifra de 650 mil desempregados em 1928; os salários eram relativamente altos, tendo aumentado o seu poder aquisitivo em 10% no período de 1922 a 1926; as exportações da indústria química e de aparelhos elétricos, a partir de 1925, eram as mais elevadas do mundo.⁵⁵

No entanto a prosperidade alemã era baseada no fluxo de capitais externos, principalmente norte-americanos, uma base muito frágil para se alicerçar uma economia. Somente no período de 1925 a 1930, a Alemanha tomou emprestado cerca de sete bilhões de dólares. Ademais, subsistiam velhos problemas: as reparações de guerra continuavam sendo uma grande sangria de divisas, e tanto o governo federal como os estaduais desperdiçavam enormes recursos. Somado a tudo isso, o fato de que neste período houve um grande crescimento dos monopólios, às custas dos pequenos e médios empresários e industriais arruinados nos primeiros anos da República. Assim, Weimar conheceu os maiores "trustes" da história alemã, tais como: a I.G.Farben, formada em 1925, que agrupava as seis maiores indústrias químicas do país e a União Siderúrgica, formada em 1926, composta por quatro grandes companhias de aço.⁵⁶

Desta forma, as promessas constitucionais de coletivização da indústria e de criação do "conselho econômico do *Reich*" não transcenderam ao papel. Como

⁵⁵ Gay, *op. cit.*, p. 176; Shirer, *op. cit.*, p. 183-184; Tenbrock, Robert-Hermann. *Histoire D'Allemagne*, p.299.

⁵⁶ Gay, *op. cit.*, p. 33 e 176; Shirer, *op. cit.*, p. 183-184; Tenbrock, *op. cit.*, p. 299; Tratenberg, *op. cit.*, p. 105.

assinala Peter Gay: "os compromissos entre a burguesia e o proletariado terminaram com a vitória dos primeiros sobre os segundos".⁵⁷

No âmbito político, embora os ânimos estivessem amainados, as velhas feridas ainda não haviam cicatrizado. Os comunistas se recusavam a colaborar com os sociais-democratas; os militares pretendiam obter maior influência política e os grupos de extrema-direita continuavam a conspirar contra a república. Esta situação resultou dos erros cometidos pelos estadistas de Weimar, principalmente os sociais-democratas, que não souberam romper com a antiga ordem conservadora alemã.

Desde Bismarck, os quadros da administração pública eram formados por membros da diplomacia e do exército, vale dizer por membros da reduzida nobreza imperial "junker". Para se ter uma idéia do problema, o oficialato militar provinha de aproximadamente 15 mil famílias nobres, isso num país cuja população, em 1870, oscilava em torno de 40 milhões de pessoas, atingindo a quantia de 66 milhões de habitantes em 1913.⁵⁸ Este fato garantiu a primazia política dos "junkers, mesmo num quadro econômico adverso, onde a burguesia emergia ativa, sem, no entanto, possuir a capacidade para assumir as suas responsabilidades políticas. Esta situação foi assim descrita por Max Weber:

"É o exercício do *poder econômico* que leva uma classe a candidatar-se ao *poder político*. É perigoso, e, a longo prazo, inconciliável com o interesse nacional, que uma *classe economicamente decadente* detenha o poder político. Mais perigoso se torna quando uma classe possui o poder econômico e com isso a perspectiva de atingir o poder político, não possuindo maturidade para exercê-lo. Nos dias

⁵⁷ Gay, *op. cit.*, p. 169-170.

⁵⁸ Tenbrock, *op. cit.*, p. 253; Tratenberg, *op. cit.*, 99-100.

de hoje, a Alemanha está ameaçada por estes dois processos".⁵⁹

Não interessa aqui perscrutar as causas e circunstâncias sócio-econômicas que levaram a Alemanha a tal situação. O que se quer salientar é o fato de a República de Weimar ter buscado apoio em setores notadamente aristocráticos e conservadores, ao invés de tentar dominá-los e moldá-los à nova realidade democrática. Igualmente, não cabe aqui investigar as reais alternativas que possuíam os sociais-democratas para fazer coisa diversa da que efetivamente fizeram. O fato é que a social-democracia aliou-se, de maneira quase suicida, aos grupos mais retrógrados da sociedade alemã, em parte, por ingenuidade política, em parte, por puro conservadorismo hostil às transformações sociais radicais. É de se sublinhar o fato de Friedrich Ebert, primeiro presidente da república e homem forte no SPD, ser um defensor da monarquia constitucional de feição inglês, que ficou profundamente irritado com a inesperada atitude de Philipp Scheidmann em proclamar a república em novembro de 1919, sepultando de vez suas esperanças de restaurar a dinastia dos "Hohenzollern".⁶⁰

O governo de Friedrich Ebert não somente se absteve de assumir o controle das forças armadas e da administração civil, de forma a torná-las instrumentos leais à república, como as reforçou ao mantê-las intactas. Em outros termos, as deixou nas mãos de uma casta burocrática cujos quadros eram formados por indivíduos oriundos da aristocracia agrária "junker".

⁵⁹ *apud* Tratenberg, *op. cit.*, p. 117, nota 22.

⁶⁰ Gay, *op. cit.*, p. 24; Shirer, *op. cit.*, p. 93.

Ao final da guerra, os militares estavam desacreditados, pois não somente haviam levado o país à guerra, mas a uma fragorosa derrota. Não obstante a isso, eles encontraram guarida junto ao governo social-democrata. No mesmo dia da proclamação da República, o presidente Ebert e o General Wilhelm Groener selaram um acordo no qual o governo não somente mantinha o Marechal-de-Campo Paul von Hindenburg no comando do exército, como permitia aos militares o aniquilamento do levante espartaquista. Com essa decisão, os sociais-democratas perderam a oportunidade de dismantelar a antiga ordem militar do extinto Império Alemão. Não tardaram as conseqüências desse ato.

Durante o "Putsch" de Kapp, em março de 1920, o General Freiherr von Luettwitz, que um ano antes havia tomado parte na repressão da revolta espartaquista, participou da tomada de Berlim juntamente com os revoltosos. Outro general, Han von Seeckt, chefe do Estado-Maior do exército, por sua vez, não permitiu que suas tropas atacassem os golpistas. Ante a traição dos militares, o então Ministro da Defesa, Gustav Noske, a quem o General von Seeckt deveria estar subordinado e que havia comandado o General von Luettwitz contra os espartaquistas, desabafou: "Minha fé no corpo de oficiais fez-se em pedaços".⁶¹

As desilusões dos sociais-democratas com os militares não pararam por aí. Em setembro de 1923, ante uma ameaça de revolta separatista na Bavária, o presidente Ebert, ao perguntar ao mesmo General Han von Seeckt de que lado

⁶¹ Shirer, *op. cit.*, p. 37, nota; Tenbrock, *op. cit.*, p. 288.

estaria o exército, recebeu a rude resposta: "O Exército, Sr. Presidente, está comigo".⁶²

O ressurgimento dos militares como fator decisivo no cenário político de Weimar foi de responsabilidade dos sociais-democratas, que tornaram o velho exército alemão indispensável. Não tardou a vigorar a lenda de um exército alemão imbatível, que somente perdeu a guerra em razão da traição de judeus e comunistas. Com isso, os militares recuperaram o seu prestígio e sua pretensão de influir nos rumos políticos do país. Ademais, restou duvidosa a lealdade do exército para com a República, sendo, somente, considerada segura para o aniquilamento de comunistas.⁶³

O governo de Weimar também preservou os quadros burocrático-administrativos de antes de novembro de 1918. Tal omissão foi evidente no aparelho judiciário, cujos integrantes não perderam a inamovibilidade, tendo sido mantidos nos seus cargos após a derrocada da monarquia. Os tribunais do "Reich" não tardaram a dizer a quem serviam. O simples contraste das decisões judiciais acerca das diversas revoltas e assassinatos políticos, cometidos por extremistas de esquerda como de direita, serve para evidenciar a posição política da magistratura.

Entre 1922 e 1925, dos vinte e dois assassinatos praticados por extremistas de esquerda, dezessete foram rigorosamente punidos, sendo que dez casos foram sentenciados com a pena de morte. No mesmo período, os extremistas de direita

⁶² Shirer, *op.cit.*, p. 110.

⁶³ Gay, *op. cit.*, p.33-34; Shirer, *op. cit.*, p. 111; para uma análise pormenorizada da questão militar em Weimer, v. Moore Jr., *op. cit.*, p.522-530.

cometeram 354 assassinatos, dos quais somente um caso foi rigorosamente punido, mesmo assim, sem a imposição da pena capital.⁶⁴

Após o malogro do "Putsch" de Kapp, em 1920, o governo acusou 705 pessoas de alta traição, destas somente uma foi condenada, sofrendo a pena de cinco anos de prisão. Em dezembro de 1926, o líder militar do "Putsch", o General Fheiherr von Luettwitz, teve, por decisão de um tribunal alemão, o direito de receber suas pensões atrasadas, correspondentes ao tempo em que foi um rebelde e aos cinco anos em que esteve foragido da Justiça na Hungria.⁶⁵

O próprio Adolf Hitler usufruiu do tratamento especial concedido pelos tribunais alemães aos conspiradores de extrema direita. A ele foi permitido usar sua defesa como um palanque para atacar a República. A despeito do fato de ser austríaco, não foi deportado pelo simples fato dele se considerar alemão. Apesar da pena de prisão perpétua, prevista no artigo 81 do Código Penal Alemão, para "todo aquele que tentar alterar pela força a Constituição do Reich Alemão, ou de qualquer Estado da Alemanha"⁶⁶, Hitler foi condenado a cinco anos de prisão, dos quais cumpriu somente oito meses, num quarto privativo no castelo de Landsberg. A prisão apenas serviu para projetar Hitler como uma figura política no cenário nacional. Além de ter fornecido a tranquilidade e comodidade necessárias para que ele escrevesse o seu "Mein Kampf" - misto de livro autobiográfico, de doutrina política e panfleto anti-semita.⁶⁷

⁶⁴ Gay, *op. cit.*, p. 35.

⁶⁵ Shirer, *op. cit.*, p. 104.

⁶⁶ Shirer, *op. cit.*, p. 130.

⁶⁷ Gay, *op. cit.*, p. 35, 173-174; Shirer, *op. cit.*, p. 125-131.

Em síntese, a estabilidade da República escondia um mal endógeno, uma tênue fachada sobre graves problemas que foram escoimados, porém, não resolvidos. De um lado, os estadistas de Weimar mantiveram intacta a velha ordem que dava sustentação à dinastia imperial dos "Hohenzollern", ao não subjugar a burocracia militar e civil. E, de outro lado, permitiram o desenfreado crescimento dos monopólios, motivados pela crença de que a cartelização constituía um estágio mais adiantado do capitalismo. Uma fase necessária que deveria ser suportada, enquanto se construía o Socialismo por meio de reformas sociais paulatinas. Como conclui Peter Gay: "Ao confiar na história, os Socialistas alemães tornaram-se suas vítimas".⁶⁸

1.5. O COLAPSO DA REPÚBLICA DE WEIMAR.

Weimar era uma República assentada sobre bases políticas e econômicas frágeis, e o colapso iniciou pela estrutura econômica. A crise mundial de 1929, que afetou a todos os países capitalistas do ocidente, fez-se sentir com maior severidade na Alemanha, em função da própria debilidade de sua economia, regida pelos grandes monopólios e extremamente dependente dos empréstimos provindos do exterior.

⁶⁸ *Op. cit.*, p. 33.

Como praticamente todos os países desenvolvidos estavam às voltas com o saneamento de suas economias internas, as exportações alemãs caíram vertiginosamente. Este fato, associado ao fim da remessa de capitais estrangeiros, acarretou numa drástica redução da produção industrial. Estima-se que a produção nacional caiu quase 50 % no período de 1929 a 1932. Dentro deste quadro, a demissão em massa de trabalhadores foi uma consequência inexorável: o número de desempregados, que em 1928 era pouco mais de meio milhão, saltou, no ano de 1929, para mais de dois milhões.⁶⁹

Em março de 1930, ante a recusa do Partido do Centro ("Zentrum") e do Partido do Povo em conceder um aumento ao fundo de seguro-desemprego, o social-democrata Hermann Muller abandona a Chancelaria. Acabava, assim, a "coalizão" que havia sustentado a República de Weimar. Logo a seguir, o centrista Heinrich Brüning assume o cargo de Chanceler. Tratava-se de um político de perfil conservador, que procurou conter o descalabro reinante por meio de uma série de medidas que, dentre outras coisas, previa o aumento dos impostos e tarifas públicas, bem como a redução dos salários e de vários benefícios sociais, como, por exemplo, o seguro-desemprego, que onerava em demasia os cofres públicos, já empobrecidos pela baixa arrecadação tributária resultante da crise.⁷⁰

As medidas propostas por Brüning encontraram forte resistência, principalmente, dos socialistas e trabalhadores. A impopularidade da solução proposta levou a um impasse político. Ante a impossibilidade de aprovação do

⁶⁹ Gay, *op. cit.*, p. 178; Shirer, *op. cit.*, p. 210.

⁷⁰ Gay, *op. cit.*, p. 178-179; Shirer, *op. cit.*, p. 211.

programa de emergência pelo "Reichstag", Brüning ameaçava invocar os poderes extraordinários contidos no artigo 48 da Constituição. E, no dia 16 de julho de 1930, após ter sido derrotado no parlamento, o Chanceler cumpriu sua promessa, levando o Presidente Hindenburg a dissolver o "Reichstag" e a convocar eleições para o dia 14 de setembro daquele mesmo ano.⁷¹

O resultado obtido nas eleições de setembro para o "Reichstag" já prenunciava o destino da Alemanha. Os socialistas perderam dez cadeiras, mantendo, ainda, um total de 132 lugares. O Partido do centro ("Zentrum") aumentou a sua representação, obtendo mais nove cadeiras e perfazendo um total de 87 lugares. Os demais partidos perderam desastrosamente. O Partido Comunista, por exemplo, possuía uma representação de 77 deputados, caindo para apenas 23. Mas o grande vencedor foi o Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães (NSDAP), que, respaldado por quase 6 milhões e meio de votos, passou de doze para 107 cadeiras no parlamento.⁷²

A partir deste momento o Partido Nazista, impulsionado pela crise econômica e absorvendo uma multidão de operários desempregados, irrompe no cenário político não mais como um pequeno grupo de extremistas de direita, mas como uma força real e ameaçadora. A esta época, os nazistas começam a hostilizar os judeus, bem como passam a atacar abertamente os republicanos e os comunistas por meio

⁷¹ Gay, *ibidem*.

⁷² Gay, *op. cit.*, p. 180.

de seus órgãos de imprensa, organizados pelo astuto chefe da propaganda de Hitler, Joseph Goebbels.⁷³

Ante o seu vertiginoso crescimento, os nazistas angariam a simpatia de grandes industriais, financistas e, principalmente, dos militares, que até então desconfiavam do partido cujo principal líder era um ex-cabo, promovido apenas em função de um ferimento de guerra. Dentre os militares que se aproximaram do Partido Nazista se encontrava o General Han von Seeckt, notório por suas insubordinações ao governo de Weimar durante as revoltas de extremistas de direita. Agora, Hitler possui a base de sustentação que lhe permite lançar seu próprio nome às eleições para presidente do "Reich".⁷⁴

Ante a real possibilidade da vitória de Hitler nas eleições de 1932, a social-democracia não hesita em apoiar a reeleição de Hindenburg para a presidência. O resultado do sufrágio do dia 10 de abril deu a vitória ao velho Marechal-de-Campo, que totalizou mais de 19 milhões de votos contra os 13 milhões e meio obtidos pelo candidato nazista. Mas o resultado das eleições não chega a abalar o partido de Hitler, que consolida o seu poder numa série de eleições estaduais.⁷⁵

A derrota de Hitler apenas adiou o fim da República. Hindenburg, já tomado pela senilidade, torna-se um brinquedo nas mãos inescrupulosas de seus conselheiros mais próximos. O segundo governo do presidente Hindenburg é uma breve história de medo, assassinio e terror, tudo perpassado, por um lado, por interesses

⁷³ Gay, *ibidem*.

⁷⁴ Gay, *op. cit.*, p. 180-181.

⁷⁵ Gay, *ibidem*.

mesquinhos que, de uma maneira ou de outra, colidiam com os propósitos dos nazistas e, por outro lado, pela desarticulação dos opositores de Hitler que insistiam no respeito às regras de um "jogo" democrático viciado, respeito este somente justificável pela fé cega num regime constitucional moribundo.

Curiosamente, a ação mais decidida contra a escalada nazista partiu do próprio governo. Transcorridos três dias após as eleições, Hindenburg, por pressão do Chanceler Brüning e de seu ministro da defesa, o general Wilhelm Groener (o mesmo que selou o acordo com o Presidente Ebert no início da República), assinou um decreto extinguindo as tropas paramilitares nazistas: os "camisas marrons" (S.A.) e os "camisas pretas" (S.S).⁷⁶ Esta medida, no entanto, não surtiu os efeitos desejados, pelos motivos a seguir expostos.

Em maio de 1932, Hindenburg afastou Brüning da Chancelaria. O gabinete de Brüning, já desgastado pela impopularidade das medidas adotadas para conter o descalabro econômico do país, não contava com o apoio do "Reichstag" e agora, também, não contava com o aval do presidente. A esta época, Kurt von Schleicher, um general com livre trânsito no exército e um velho camarada de Hindenburg, firmava-se como a "eminência parda" da cambaleante República. Ele foi o grande articulador da queda de Brüning, bem como da construção do novo gabinete, cuja chefia coube ao obscuro Franz von Papen, um político medíocre que nem sequer era membro do "Reichstag". Dele, disse o embaixador francês na Alemanha, François-

⁷⁶ As siglas entre parenteses correspondem as iniciais do nome em alemão.

Poncet: “Não havia quem não sorrisse, furtiva ou francamente, porque Papen tinha a peculiaridade de não ser tomado a sério, quer por amigos, quer por inimigos”.⁷⁷

Papen e Scheleicher formaram um gabinete sem a mínima base parlamentar, popularmente conhecido como o "gabinete dos barões", já que era composto por aristocratas "junkers" e por grandes industriais. O próprio Scheleicher ocupou o lugar do General Groening, afastando, desta maneira, o principal responsável pela ação anti-nazista do governo.⁷⁸

A falta de apoio no “Reichstag” levou Papen a solicitar a Hindenburg a dissolução do parlamento, o que se deu a 04 de junho de 1932. Assim, novas eleições foram marcadas para o dia 31 de julho. De outro lado, Scheleicher, numa tentativa de aproximação com os nazistas, dissuadiu Hindenburg a voltar atrás em sua decisão de proibir as forças paramilitares de Hitler, o que se deu a 15 de junho.

A dissolução do "Reichstag" e a volta do exército particular de Hitler às ruas ocasionaram uma série de choques sangrentos. Em julho contava-se cerca de 86 mortos, entre nazistas e comunistas nos conflitos de rua.⁷⁹

Em 20 de julho, Hindenburg, agindo sob a orientação de von Papen, decreta a intervenção federal na Prússia e nomeia o próprio Papen como "Comissário do Reich". Dessa forma, Papen retira o governo do maior “Länder” (unidade federada) da Alemanha das mãos dos sociais-democratas. Estes apenas se limitaram a protestar

⁷⁷ Shirer, *op. cit.*, p. 249.

⁷⁸ Gay, *op. cit.*, p.181; Shirer, *op. cit.*, p. 250.

⁷⁹ Gay, *ibidem*; Shirer, *op. cit.*, p. 250-251.

por vias judiciais, demonstrando uma clara crença numa "legalidade", que, mais uma vez, demonstrou ser inútil.⁸⁰

Em 31 de julho de 1932, as novas eleições para o "Reichstag" traduziram-se numa grande vitória para os nazistas que ficaram com 230 cadeiras no parlamento, graças ao voto de 13 milhões e meio de alemães. No entanto a euforia dos nazistas não duraria muito. No dia 12 de setembro, após um desentendimento entre o chanceler Papen e o líder nazista Hermann Göring, o novo presidente do "Reichstag", o parlamento retirou a confiança de Papen e, em contrapartida, foi novamente dissolvido. As novas eleições realizaram-se no dia 6 de novembro de 1932, e embora o Partido Nazista tenha perdido cerca de dois milhões de votos e 34 cadeiras, ainda manteve-se como o maior partido no parlamento com 196 representantes⁸¹.

Em 17 de novembro de 1932, von Papen renunciou em decorrência de desentendimentos com o Schleicher. Este assumiu a Chancelaria, porém não por muito tempo, pois, no dia 28 de janeiro de 1933, foi forçado a renunciar em razão da falta de apoio no "Reichstag". Desta maneira, o caminho agora estava aberto para Hitler, que contava com o apoio de von Papen, ansioso por retornar ao poder. Papen pretendia usar Hitler da mesma maneira como usava Hindenburg, no entanto, Hitler não era como o octagenário Marechal-de-Campo.

O quadro político de Weimar era bastante instável. A "coalizão" que deu sustento à República não mais existia e, no seu lugar, havia numerosos partidos

⁸⁰ Gay, *op. cit.*, p.182.

⁸¹ Gay, *ibidem*.

incapazes de compor uma maioria duradoura no parlamento. Assim, o “Reichstag” converteu-se naquilo que os alemães, desdenhosamente, chamaram de “Kuhhandel” (comércio de gado), pois a barganha de vantagens entre os diversos partidos não levava em consideração o interesse nacional, mas sim os interesses dos diversos grupos que os partidos representavam. Isso levou a um quadro de profunda instabilidade e confusão onde tudo era possível, até mesmo o voto conjunto de nazistas e comunistas, como ocorreu na votação da moção de desconfiança ao governo de Papen em 12 de setembro de 1932. Diante da absoluta falta de uma sólida base parlamentar, não é de se estranhar o freqüente apelo, por parte dos sucessivos chanceleres, ao poder do presidente de dissolver o “Reichstag”. Dessa forma, como conclui Shirer:

“O poder político na Alemanha já não residia, como havia sido desde o surgimento da República, no povo e no conjunto que representava a vontade do povo, o Reichstag. Agora êle estava concentrado nas mãos de um presidente senil, de oitenta e cinco anos, e nas de uns poucos homens frívolos e ambiciosos que rodeavam e modelavam sua cansada e vacilante vontade”.⁸²

Após a saída de Schleicher do governo, Papen convenceu o relutante Hindenburg a nomear Hitler chanceler e a si próprio vice-chanceler, esperando com isso controlar os atos do líder nazista que, ademais, não contaria sequer com a maioria dos membros de seu próprio gabinete: dos 11 postos ministeriais, apenas 03 estavam nas mãos dos nazistas, os 08 restantes pertenciam ao grupo ligado a Papen. Nestas condições, Hitler assumiu a chancelaria no dia 30 de janeiro de 1933.

⁸² *Op. cit.*, p.248.

Apesar de o partido nazista possuir o maior número de deputados no parlamento, o gabinete de Hitler não contava com a necessária maioria para governar, pois das 583 cadeiras do “Reichstag”, menos da metade (247 ao todo) estavam nas mãos dos nazistas e de seus aliados. Assim, após uma fracassada tentativa de formar uma ampla coalizão que desse apoio ao seu governo, Hitler, com a anuência de Papen, solicitou ao presidente Hindenburg a dissolução do parlamento. Hindenburg prontamente atendeu, marcando as novas eleições para o dia 05 de março.

Os nazistas demonstraram uma extrema confiança no resultado das futuras eleições, pois pela primeira vez contavam com o imenso aparato burocrático-administrativo do Estado, o qual não tiveram escrúpulos em utilizar em seu proveito. O líder nazista Hermann Göring, na condição de ministro do interior da Prússia (ainda sob intervenção federal), removeu centenas de funcionários públicos, substituindo-os por militantes nazistas. Além disso, Göring criou um corpo policial, cujo contingente era composto, na sua maioria, por forças paramilitares da S.S. e S.A. Assim, os comícios dos adversários de Hitler eram proibidos e os jornais de oposição, principalmente os ligados aos socialistas e comunistas, eram fechados. Estima-se que 51 antinazistas foram assassinados durante a campanha eleitoral.⁸³

A 27 de fevereiro, os nazistas praticaram o seu mais audacioso golpe para a conquista definitiva do poder: o incêndio do “Reichstag” em Berlim. Um comunista holandês foi preso, sumariamente julgado e condenado à morte pelo atentado praticado pelos partidários de Hitler. O episódio foi explorado à exaustão pelo então

⁸³ Shirer, *op. cit.*, p. 286-287.

chanceler que obteve de Hindenburg, no dia posterior ao incêndio do parlamento, um decreto para “proteção do povo e do Estado”. Isto lhe permitiu suspender vários direitos e garantias individuais, bem como impor a pena de morte para crimes que implicassem em “graves perturbações da paz”. Com isso, os nazistas impuseram a sua primeira grande perseguição que atingiu principalmente os comunistas. Cerca de quatro mil funcionários públicos ligados ao Partido Comunista foram presos, além dos deputados comunistas que, assim, tiveram sua imunidade parlamentar violada. Ademais, vários sociais-democratas e até liberais foram vitimados pela cruzada anticomunista de Hitler.⁸⁴

Graças à intimidação e à propaganda os nazistas obtiveram 17 milhões de votos nas eleições de 05 de março. No entanto isso lhes proporcionou 288 cadeiras no “Reichstag” que, somadas às 52 cadeiras dos seus aliados, garantia uma escassa maioria. Isso era suficiente para viabilizar um governo, mas não para proceder as reformas constitucionais necessárias ao plano nazista de consolidação do poder dentro da legalidade. O impasse foi solucionado, de um lado, mediante a supressão das 81 cadeiras pertencentes ao Partido Comunista, agora posto na ilegalidade. De outro lado, Hitler, através de uma série de conchavos e compromissos, obteve um acordo entre os diversos partidos que compunham o parlamento, notadamente o “Zentrum”(o Partido do Centro). Assim, em 23 de março de 1933, Hitler desfechou o golpe final contra a República, submetendo ao parlamento, então reunido no prédio da Ópera Kroll em Berlim, o projeto de reforma constitucional. A denominada “Lei para eliminação do perigo contra o povo e o *Reich*” transmitia ao chanceler, por um

⁸⁴ Shirer, *op. cit.*, p. 291-292.

período de 04 anos, os poderes de legislar; de controlar o orçamento do “Reich”; de iniciativa de emendas constitucionais e, o mais surpreendente, o poder de decretar leis em desconformidade com a constituição. Os poderes do presidente do “Reich” (Hindenburg) mantiveram-se inalterados. Somente os sociais-democratas contestaram o projeto de emenda que foi aprovado por 441 votos a favor e 84 contra.

Desta maneira, o parlamento renunciou a qualquer autoridade em prol de um poder executivo dilatado, mais ainda, destruía a constituição de Weimar, eliminando, assim, qualquer limite legal ao poder do Estado. As bases “legais” da ditadura hitleriana estavam lançadas. Quando o Marechal-de-Campo Hindenburg faleceu em agosto de 1934, Hitler fundiu a chancelaria com a presidência, tornando-se o “Führer”. Este ato, no entanto, não passou de uma formalização da ditadura, pois a esta época todos os partidos políticos, à exceção do nazista, estavam extintos.

1.6. CARL SCHMITT E O NAZISMO.

O pensamento de Carl Schmitt está estreitamente vinculado com a república de Weimar. Pois é dentro desta realidade histórica que ele elabora o núcleo de sua teoria constitucional e política. São desse período, no qual Schmitt lança as bases de seu decisionismo político, dois importantes escritos: “Teoria da Constituição” (1928) e “O conceito do político” (1932). Nessas obras, assim como na grande parte de

seus textos, Schmitt demonstra uma clara preocupação com os problemas políticos e constitucionais de sua época, problemas estes que são tratados a partir da ótica de sua original teoria.

As análises e elaborações teóricas de Schmitt, não raro, desaguavam na crítica ao regime democrático-liberal. No entanto essas primeiras críticas não devem ser atribuídas à imagem do "Kronjurist" do "III Reich". Como salienta Pasquino, Schmitt foi um "nazista de última hora"⁸², pois, até 1932, o então conselheiro do Chanceler Schleicher era contrário à subida dos nazistas ao poder.⁸³ Nas obras "A defesa da Constituição" (1929) e "Legalidade e legitimidade" (1932), Schmitt alertava para o perigo da destruição da constituição de Weimar por meios legais, bem como desenvolvia uma "teoria do papel político" da atuação do presidente do "Reich", como forma de resguardar a república de Weimar de seus inimigos.⁸⁵

Assim, não se trata de um pensador conservador que se tornou um "nazista de coração", mas sim de um intelectual conservador que por ambição, oportunismo ou ingenuidade prestou importante apoio a um regime totalitário, que, por sua vez, soube valorizar o seu ilustre adepto, assim como expurgá-lo quando isso se mostrou conveniente.

A adesão de Schmitt ao regime nazista somente ocorreu em 1 de maio de 1933 (portanto somente após a consolidação de Hitler no poder), com a sua filiação ao partido nacional-socialista, por convite do filósofo Martin Heidegger - outro

⁸² Carl Schmitt - *Teoria da Constituição*, p.1.095.

⁸³ Bendersky *apud* Macedo Júnior, Ronaldo Porto, *Carl Schmitt e a fundamentação do Direito - A formação do decisionismo institucionalista schmittiano entre os anos de 1920 e 1940*, p. 36.

⁸⁵ Pasquino, *op. cit.*, p. 1.095.

exemplo de um grande intelectual envolvido com o governo de Hitler.⁸⁶ Isso em meio a uma série de expurgos que varreram cerca de 11% dos professores das universidades alemãs, dentre eles, vários juristas, como Hermann Heller, Hans Kelsen e Gustav Radbruch. Em novembro deste mesmo ano, Schmitt torna-se membro do "Grupo de Professores Universitários da Liga Nacional Socialista de Juristas Alemães". A esta época, ele já era um prestigiado jurista, o que lhe permitiu manter contatos freqüentes com membros do alto escalão do partido nazista, tais como Hermann Göring, Joseph Goebbels, Rudolf Hess e Heinrich Himmler.⁸⁷

Com a sua adesão ao regime de Hitler em 1933, Schmitt inaugura uma nova fase de seu pensamento, a denominada "teoria das ordens concretas". Nesta fase Schmitt, sem abandonar os pressupostos básicos de seu "decisionismo", incorpora elementos das teorias "institucionalistas" de Maurice Hauriou e de Santi Romano. Assim, a decisão política passa a ser tomada por uma unidade política básica e institucionalizada, o Estado, que, por sua vez, é identificado com o Estado totalitário alemão, personificado na figura do "Führer" Adolf Hitler.⁸⁸

No entanto o passado de Schmitt o comprometia frente aos nazistas, que pouco a pouco passaram a hostilizá-lo. As teses defendidas por Schmitt em "Legalidade e legitimidade", cujo objetivo era denunciar a tomada "legal" do poder pelos extremistas; a sua adesão tardia ao partido nacional-socialista; a sua amizade com intelectuais judeus como Hugo Preuss, Walter Benjamin e Fritz Eisler - a quem

⁸⁶ Igualmente controversa é a adesão de Martin Heidegger ao nazismo. Sobre este assunto remetemos a obra de Víctor Farias, *Heidegger e o nazismo*.

⁸⁷ Macedo Júnior, *op. cit.*, p. 27-28.

⁸⁸ Para o estudo desta fase do pensamento de Schmitt v. Macedo Júnior, *op. cit.*

dedicou a sua "Teoria da Constituição" - justificaram a desconfiança dos nazistas mais radicais.⁸⁹

Não tardaram as acusações e, em dezembro de 1936, após uma série de artigos denunciando as incongruências de sua posição política, Schmitt teve que abandonar a direção da "Liga de Juristas Alemães". A esta época, de pouco adiantaram as demonstrações de fidelidade dadas por Schmitt. A supressão das referências a Marx e Lukács na edição de 1933 do "Conceito do político"; a defesa pública das "leis de Nuremberg" de 1935 que suprimiram os direitos de cidadania dos judeus; bem como a justificação legal das execuções promovidas por Hitler, em 1934, no episódio conhecido como "a noite das facas longas"⁹⁰, não convenceram os chefes nazistas. Assim, no início de 1937, Schmitt tinha duas possibilidades: fugir do país ou permanecer num campo de concentração. Ante a difícil situação de tentar ludibriar a S.S., além da possibilidade de ser considerado *persona non grata* em outro país, graças ao seu apoio ao regime nazista, Schmitt escolheu a segunda opção.⁹¹

Desta forma, Schmitt sai de cena do cenário intelectual alemão. Situação esta que não se modifica com a derrota da Alemanha na II Guerra Mundial, pois as tropas aliadas de ocupação mantiveram o isolamento do "Kronjurist" de Hitler. Assim, no ostracismo de sua cidade natal, Schmitt inicia a última fase de seu pensamento que perdura até a sua morte, dedicada quase exclusivamente ao direito

⁸⁹ Macedo Jr., *op. cit.*, p.29.

⁹⁰ Na noite do dia 31 de julho de 1934, vários colaboradores de Hitler foram executados por ordem do próprio líder nazista, devido a desentendimentos quanto aos rumos tomados pelo regime hitleriano. Tal episódio ficou conhecido como a "noite das facas longas".

⁹¹ Macedo Jr., *op. cit.*, p. 29, 31 e 37.

internacional. São desse período as obras "O Nomos da Terra" (1955) e "Teoria do Guerrilheiro" (1963), onde Schmitt trata do esvaziamento das noções de guerra "justa" do moderno direito internacional público ante os novos fenômenos da guerra fria e do surgimento de movimentos guerrilheiros em escala mundial no pós-guerra.

Muito se discutiu sobre o envolvimento de Schmitt com o regime nazista, vários foram o acusadores - entre estes está Georg Lucáks⁹² - como vários também foram os seus defensores - dentre esses últimos está Raymon Aron.⁹³ No entanto, como bem salienta Hirst, os pensadores políticos não podem ser julgados somente em razão de suas posições políticas pessoais.⁹⁴ Ademais, Schmitt propõe questões difíceis e polêmicas, questões demasiadamente incômodas para serem simplesmente ignoradas em razão de sua opção política, por mais condenável que essa possa parecer.

⁹² Cf. *El asalto a la razón*. p. 529 e ss.

⁹³ De Schmitt, diz raymon Aron: "Carl Schmitt nunca pertenceu ao partido nacional-socialista. Homem de grande cultura, ele não podia ser um hitlerista e nunca foi" (*apud* Pasquino, *op. cit.*, p. 1095).

⁹⁴ Hirst, Paul. "*A democracia representativa e seus limites*", p.122.

CAPÍTULO II

O PENSAMENTO POLÍTICO DE CARL SCHMITT.

Como já foi adiantado na introdução deste trabalho, trataremos aqui dos principais elementos que compõem o pensamento de Carl Schmitt no que tange à política. Assim, nos sub-ítemos seguintes serão tratados os conceitos básicos de sua teoria política, a começar pela definição que constitui o eixo central de seu pensamento: o conceito do político calcado na dicotomia amigo-inimigo.

2.1. O CONCEITO DO POLÍTICO.

Schmitt fundamenta o político sobre um critério próprio, não redutível a qualquer outra esfera da vida social: a dicotomia amigo-inimigo. Assim, o político é definido em razão da *decisão* acerca de quem é o inimigo, em função do qual agrupam-se os amigos para dar-lhe combate. Da mesma forma como o direito, a moral, a estética ou a economia fundamentam-se, respectivamente, nas dicotomias legal e ilegal, bom e mau, belo e feio, rentável e não rentável, o político encontra a sua especificidade na dicotomia amigo e inimigo. Esta tese carece de maiores explicações, apesar de sua aparente, e, até enganosa, simplicidade.

Antes de mais nada, cabe salientar que o conceito do político de Schmitt não constitui um conceito no sentido de uma "definição exaustiva ou especificação de conteúdos".⁹⁵ Trata-se antes de um critério que evidencia o traço essencial do político de forma a distingui-lo das demais esferas da vida social, sem, no entanto, apontar-lhe um conteúdo específico. Ou, noutros termos, trata-se de uma categoria autônoma que não possui uma realidade substancial própria.⁹⁶ Isso é explicado pela enorme variedade de motivos que podem ocasionar uma guerra, ou, em outros termos, que podem levar a distinguir o amigo do inimigo. Assim, uma guerra pode ocorrer por motivos religiosos ou econômicos, no entanto esta não será um fenômeno religioso ou econômico, mas um fenômeno político, uma vez que implica na decisão extrema sobre a quem se deve dar combate, ou seja, sobre quem é o inimigo. Dessa forma, o que ocorre é uma mudança de critérios que implica numa mudança de *status*. Pois uma organização religiosa ou econômica que determine quem seja o inimigo a ser aniquilado numa guerra não está mais dizendo o que é moralmente bom ou mau ou o que rentável ou não rentável, mas simplesmente quem é o inimigo, escapando, desta maneira, da órbita da moral religiosa ou da economia. Como conclui Schmitt: "O antagonismo político é a mais intensa e extrema contraposição e qualquer antagonismo concreto é tanto mais político, quanto mais se aproximar do ponto extremo, do agrupamento amigo-inimigo".⁹⁷

Na realidade fática, o inimigo pode muito bem ser identificado como mau ou feio, no entanto esta identificação não torna a política um fenômeno moral ou

⁹⁵ Schmitt, *O Conceito do Político*, p. 51.

⁹⁶ Martínez, José Caamaño. *El pensamiento jurídico-político de Carl Schmitt*, p.119.

⁹⁷ Schmitt, *op. cit.*, p. 55-56.

estético, pois simplesmente não se matam pessoas numa guerra apenas porque elas são más ou feias, mas porque são inimigos políticos. Como assinala Schmitt, a contraposição entre amigo e inimigo subsiste "sem a necessidade do emprego simultâneo das distinções morais, estéticas, econômicas, ou outras. O inimigo político não precisa ser moralmente mau, não precisa ser esteticamente feio; não tem que surgir como concorrente econômico, podendo talvez até mostrar-se proveitoso fazer negócios com ele".⁹⁸ Assim, Schmitt torna o político uma instância autônoma não redutível a nenhuma outra esfera da vida social. Pois o político fundamenta-se sobre uma categoria própria: a distinção entre o amigo e o inimigo.

A dicotomia elementar do político é definida a partir da noção de inimigo, tal fato, no entanto, não constitui um primado da idéia de inimigo sobre a de amigo. Como ressalva Schmitt, o fato de se centrar foco sobre o polo do inimigo surge por uma "necessidade dialética" de negação. Isso ocorre da mesma forma como na teoria jurídica, onde os conceitos são construídos a partir de sua antítese, o que não significa um primado da negação sobre a afirmação ou da antítese sobre a tese. Tal fato se verifica no processo judicial, que somente pode ser desencadeado a partir da negação de um direito, bem como no direito penal, que pressupõe a idéia de crime, o que absolutamente não constitui um primado do crime sobre a conduta não criminosa.⁹⁹

O inimigo político não é um inimigo pessoal, um concorrente ou adversário no sentido usual do termo, é antes referente a uma coletividade, especialmente a um

⁹⁸ Schmitt, *op. cit.*, p.52.

⁹⁹ Schmitt, *op. cit.*, p. 36.

povo, pois trata-se do "inimigo público" por excelência. Pois, numa guerra, não se matam pessoas por motivos de desavença pessoal, até porque o inimigo não se reconhece por sua individualidade, mas sim por sua nacionalidade, língua, uniforme ou qualquer distinção de caráter geral e impessoal. Como sublinha Schmitt, o inimigo político encontra melhor definição na palavra latina "hostis" e não em sua raiz etimológica "inimicus", pois esta encerra a idéia de inimigo privado, ao passo que aquela refere-se ao inimigo público, ao inimigo em seu sentido geral.¹⁰⁰ Pois, como evidencia Schmitt: "um homem particular não tem inimigos políticos".¹⁰¹

Quando Schmitt se refere à dicotomia amigo-inimigo, ele a menciona como sendo o "grau de intensidade extrema de uma ligação ou separação, de uma associação ou dissociação".¹⁰² Por várias vezes Schmitt menciona o "caso extremo" ou a "exceção" ao longo de sua obra, em contextos diversos, como, por exemplo, quando trata da soberania e das noções de identidade e representação - como será visto mais adiante. Tal menção possui uma razão de ser, uma razão de caráter gnosiológico, no sentido de que a verdade das coisas transparece na exceção, na anormalidade:

"Seria um coerente racionalismo dizer que a exceção não demonstra nada e que só a normalidade pode ser objeto de interesse científico. A exceção confunde a unidade e a ordem do esquema racionalista. (...) Somente uma filosofia da vida concreta não pode recuar diante da exceção e do caso extremo, pelo contrário, deve interessar-se ao máximo por ele. Para ela a exceção pode ser mais importante do que a regra, e não na base de uma ironia romântica pelo

¹⁰⁰ Schmitt, *op. cit.*, p. 55.

¹⁰¹ Schmitt, *op. cit.*, p. 78.

¹⁰² Schmitt, *ibidem*.

paradoxo, mas com toda a seriedade de um ponto de vista que vai mais a fundo que as notórias generalizações daquilo que comumente se repete. A exceção é mais interessante que o caso normal. Este último não prova nada, a exceção prova tudo; não apenas ela confirma a regra: a própria regra vive somente da exceção. Na exceção, a força da vida real rompe a crosta de uma mecânica enrijecida na repetição".¹⁰³

Como salienta Pasquino, essa referência à "exceção" ou a "casos extremos" constitui um "princípio gnosiológico (...), segundo o qual a formação dos conceitos necessita de que se leve em consideração o caso *extremo* ou *limite*, que, na maior parte do tempo, nada mais é do que o resultado de uma construção intelectual".¹⁰⁴ Desta forma, a "inimizade" é tida como um momento extremo de desagregação, onde o confronto bélico entre amigos e inimigos aparece como uma possibilidade real ou existente. Mais ainda, é somente a partir desta possibilidade extrema que o núcleo do político se desnuda, é somente a partir dessa exceção que o político emerge, com toda a sua singularidade, na dicotomia amigo-inimigo.

Deve-se atentar para o fato de que a distinção entre amigo e inimigo, e, portanto, o próprio espaço do político permanece como uma mera *possibilidade* efetiva de luta armada, não confundindo-se com a própria guerra. Assim, a guerra não integra o campo do político, pois ela tem suas leis próprias, suas táticas e estratégias, que a diferenciam da política. No entanto a guerra pressupõe "a decisão

¹⁰³ *apud* Marramao, *Poder e secularização*, p. 232.

¹⁰⁴ Pasquino, *op. cit.*, p. 1089. Pasquino também salienta que o princípio gnosiológico dos "casos extremos" é comum a outros intelectuais alemães contemporâneos a Schmitt, como, por exemplo, em Walter Benjamin. Este diz: "É um erro querer apresentar o que é geral como um valor médio. O que é geral é a idéia. Em compensação, quanto mais se puder vê-la como coisa extrema mais penetrar-se-à profundamente o âmago da realidade empírica". Em reforço à idéia de derivação dos conceitos a partir das noções extremas, ele sentencia: "A necessidade de se voltar para os extremos - o que é a norma da formação dos conceitos nas pesquisas filosóficas" (*apud* Pasquino, *op. cit.*, p. 1.096, nota 06).

política acerca de quem é o inimigo" como algo já determinado e presente.¹⁰⁵ Pois é ao político que cabe a determinação do inimigo, ao soldado cabe apenas dar-lhe combate.

Por outro lado, a política pressupõe a guerra, no sentido de que somente a partir dessa "possibilidade extrema é que a vida das pessoas adquire um tensão especificamente *política*".¹⁰⁶ Em outros termos, é somente ante a possibilidade de luta armada que a distinção entre o amigo e o inimigo adquire sentido. Isso não significa, de modo algum, que a prática política cotidiana seja uma freqüente discriminação amigo-inimigo, tendo em vista uma guerra que, dessa maneira, constituiria o fim último da política. Mas, apenas, que o agir estritamente político encontra na guerra a sua possibilidade extrema, pouco importando o fato desta possibilidade ser remota ou não. O que realmente importa é a existência da guerra como uma simples probabilidade: "Na possibilidade destas guerras, entretanto, evidencia-se com bastante clareza que a guerra ainda hoje está presente como possibilidade real, único requisito para a distinção entre o amigo e inimigo e para o reconhecimento do político"¹⁰⁷

Transparece aí o princípio gnosiológico do "caso extremo" acima mencionado, pois, na teoria política de Schmitt, a eventualidade da guerra possui um "significado especialmente decisivo e revelador do núcleo da coisa".¹⁰⁸ Assim, somente ante a possibilidade da guerra que a decisão política mostra-se em sua

¹⁰⁵ Schmitt, *op. cit.*, p. 60.

¹⁰⁶ Schmitt, *op. cit.*, p. 61.

¹⁰⁷ Schmitt, *op. cit.*, p. 62.

¹⁰⁸ Schmitt, *ibidem*.

essência, em sua singularidade despida de conteúdos morais, econômicos ou de qualquer outra natureza. É política a decisão quanto ao inimigo que se deve dar combate, pouco importando o fato dele ser chamado de "herege", "infiel" ou simplesmente "mau", contanto que ele seja um inimigo que deva ser aniquilado numa guerra. É nesse sentido que deve ser entendida a afirmação schmittiana de que a guerra é o pressuposto da política, ressaltando-se que: "A guerra não é, absolutamente, fim e objetivo, sequer conteúdo da política, porém é o *pressuposto* sempre presente como possibilidade real, a determinar o agir e o pensar humanos de modo peculiar, efetuando assim um comportamento especificamente político".¹⁰⁹

Como foi visto, os conceitos de inimigo e amigo formam uma relação de dependência com a possibilidade extrema da guerra, ante a qual o político mostra-se em sua essência. No entanto tal contraposição, como assinala o próprio Schmitt, deve ser entendida em seu sentido concreto e *existencial*, e não como resultado de uma normatividade ética, econômica ou de qualquer outra espécie:

"A guerra, a prontidão para a morte de homens que combatem, o matar outros homens que se encontram do lado do inimigo, tudo isso não tem nenhum sentido normativo, mas sim um sentido existencial, e isto ainda na realidade de uma situação de luta efetiva contra um inimigo real, não em quaisquer ideais, programas ou normatividades. Não há nenhuma meta racional, nenhuma norma, por correta que seja, nenhum programa, por exemplar que seja, nenhum ideal social, ainda que tão belo, nenhuma legitimidade ou legalidade que possam justificar que homens se matem mutuamente por eles. Se um tal aniquilamento físico da vida humana não acontece a partir da afirmação de ser da própria forma de existência frente a

¹⁰⁹ Schmitt, *ibidem*.

uma negação também de ser, então ela não se deixa mesmo justificar. Também não se pode fundamentar nenhuma guerra com normas éticas e jurídicas. Mas se há realmente inimigos no sentido existencial do termo, como aqui se quer dizer, então sim tem sentido, mas só tem sentido politicamente, quando necessário repeli-los fisicamente e lutar com eles".¹¹⁰

Desta maneira, a possibilidade de uma guerra, cujo grau extremo de dissociação dá sentido à distinção especificamente política entre amigo e inimigo, possui um fundamento puramente existencial. Em outros termos, a guerra é uma possibilidade que todo o povo que tenha uma existência política, frente a todos os demais povos, está obrigado a considerar. E tal fato decorre da existência do inimigo que "é justamente o outro, o estrangeiro, bastando à sua essência que, num sentido particularmente intensivo, ele seja existencialmente algo outro e estrangeiro, de modo que, no caso extremo, há a possibilidade de conflitos com ele".¹¹¹ Esta possibilidade de conflito decorre não de uma razão jurídica, ética ou mesmo econômica, mas sim de uma negação existencial de uma maneira de ser, pois somente quando os amigos estão ameaçados em sua forma de existência pela própria forma de existência do inimigo é que se justifica o sacrifício humano nos campos de batalha. De resto, se esta existência não é negada não se pode exigir tamanho sacrifício, pois "nenhum programa, nenhum ideal, nenhuma norma e nenhuma conveniência empresta um direito de dispor sobre a vida física de outros homens".¹¹² Dessa forma, somente a dimensão do político possui o *jus belli*, somente ela pode justificar a guerra e: "Por este poder sobre a vida dos homens

¹¹⁰ Schmitt, *op. cit.*, p. 75.

¹¹¹ Schmitt, *op. cit.*, p. 52.

¹¹² Schmitt, *op. cit.*, p. 74.

eleva-se a comunidade política sobre toda a outra espécie de comunidade ou sociedade".¹¹³

Ao relacionar a política com a guerra, Schmitt resgata o pensamento de um autor célebre: Carl von Clausewitz (1770-1831). Este autor, em sua obra "Da Guerra", enuncia: "A guerra é uma simples continuação da política por outros meios".¹¹⁴ Tal fato contraria a idéia liberal de política, então dominante no cenário político alemão, segundo a qual a política é plasmada por idéias de justiça e de bem-comum¹¹⁵, em suma, é uma "atividade voltada para valores".¹¹⁶ Tal idéia de política exclui o conflito de seu interior, introduzindo no seu âmbito a noção de consenso. Clausewitz e Schmitt, ao contrário, introduzem a idéia de conflito como prolongamento da política, reforçando o seu caráter desagregador. Deve-se salientar, no entanto, que estes autores não contemplam a guerra como fim da política, mas, apenas, reforçam o seu caráter conflituoso. Em outros termos, a política, para esses autores, é composta pelo confronto entre os diversos interesses e não pela acomodação destes. A política é dissenso e não consenso.

Para Schmitt, a guerra é uma possibilidade real e existente, mais ainda, ela é uma possibilidade irrenunciável. A existência política impõe a decisão quanto ao amigo e ao inimigo. Pois todo o povo que aspire a uma identidade nacional não pode, de maneira alguma, escapar a este imperativo político: "Um povo

¹¹³ Schmitt, *ibidem*.

¹¹⁴ p.87.

¹¹⁵ Entre nós, Oswaldo Ferreira de Melo bem conceitua a idéia positiva de política: "Uma política, seja educacional, econômica, jurídica, ou outra qualquer, é sempre um conjunto de estratégias visando alcançar determinados fins. Em se tratando de política do Direito, esses fins estarão implicados com o alcance de normas que, além de eficazes, sejam socialmente desejados e por isso justas e úteis para responderem adequadamente às demandas sociais". *A política jurídica e o empirismo de Alf Ross*, p. 56.

¹¹⁶ Kelsen, Hans. "Teoria Geral do Estado e do Direito", p.02.

politicamente existente não é de maneira alguma livre para escapar, através de proclamações juradas, desta diferenciação preñhe de destino".¹¹⁷ Os modernos Estados nacionais surgiram, salvo raras exceções, de uma luta contra o estrangeiro, o colonizador, o invasor, enfim, o inimigo político. E isso é plenamente justificado pelo fato de se definir um inimigo comum, pois é somente a partir daí que o amigo é constituído e, também, somente a partir da proteção contra o inimigo é que se justifica a obediência a uma autoridade política soberana. Essa ordem de reflexões nos remete diretamente à interpretação schmittiana do Estado, e é disso que trata o subcapítulo seguinte.

2.2. O ESTADO

Inicialmente cabe salientar que o Estado, para Schmitt, não se confunde com o político. Este último é definido como o campo da decisão quanto ao amigo e ao inimigo. O Estado, por sua vez, não passa de uma forma histórica que, a partir da era moderna, passou a ser o centro de decisões quanto à paz e à guerra entre os povos. Somente a partir daí, pode-se compreender a sentença que inicia a principal obra política de Schmitt: "O conceito do Estado pressupõe o conceito do político".¹¹⁸

¹¹⁷ Schmitt, *op. cit.*, p. 77.

¹¹⁸ Schmitt, *op. cit.*, p. 43.

Desta maneira, no pensamento de Schmitt, o Estado é definido a partir do político e não o contrário, como ocorria no contexto do pensamento político de sua época, pois a maioria dos teóricos que tratavam da política - quer fossem juristas, sociólogos ou mesmo filósofos - analisavam o fenômeno político quase que invariavelmente relacionado com o Estado, colocando-o como uma atividade genuinamente estatal.¹¹⁹ Do ponto de vista da teoria jurídica, o político estava enquadrado no âmbito da chamada "teoria geral do Estado", inaugurada por Georg Jellinek e que prosseguiu em juristas como Kelsen e Heller. É particularmente Kelsen que constrói um modelo tipicamente jurídicista da categoria do político, pois reduz a política ao Estado que, por sua vez, é identificado com a ordem normativa. Assim: "Como organização política, o Estado é uma ordem jurídica".¹²⁰

Schmitt repudia essa maneira de conceber o político como algo intrinsecamente vinculado ao Estado e, por intermédio deste, ao direito, pois para ele tal tese apresenta validade enquanto o Estado detiver "o monopólio do político", mostrando-se, no entanto, enganosa em situações em que o Estado não mais o detenha. Como, por exemplo, na República de Weimar, onde o Estado sofria a concorrência de fortes agremiações partidárias, que disputavam com ele o campo das decisões políticas. Mas, como ressalva Schmitt, houve um tempo em que fazia sentido identificar Estado e política. Isso se deu à época do surgimento dos grandes Estados modernos que souberam monopolizar a decisão política, excluindo qualquer outro agente político do âmbito interno das nações. No entanto, para Schmitt, o Estado, esta verdadeira "obra-prima" do racionalismo europeu, portador do "mais

¹¹⁹ Freund, Julien, *Prefácio*. In: Schmitt, Carl. "La notion de politique", p. 18.

¹²⁰ Kelsen, Hans. "Teoria Pura do Direito", p.302.

formidável de todos os monopólios", o da decisão política, está ameaçado, mais ainda, ele está sendo "destronado".¹²¹ É o que ocorreu com o Estado weimariano, que sucumbiu ante o partido nazista de Hitler, partido que, ao contrário da política conciliatória do governo social-democrata, não teve escrúpulos em definir os inimigos do povo alemão: os comunistas; as raças "impuras" ou "débeis", especialmente judeus, e os pactuantes de Versalhes. Dessa forma, o Estado alemão viu-se subtraído de uma decisão política que, até então, pensava-se ser intrinsecamente sua, mas que na realidade lhe foi subtraída por outra instância não menos política.

2.3. UNIDADE POLÍTICA.

Como foi visto no critério do político, a dicotomia amigo-inimigo exige uma decisão. Esta decisão extrema compete ao que Schmitt denominou de "unidade política". A partir da idade moderna o Estado, originariamente plasmado sob a égide do absolutismo, passou a desempenhar a função de determinar os inimigos nos casos extremos de guerra, ao contrário do que ocorria no feudalismo, onde a decisão política cabia aos senhores feudais, até então as genuínas unidades políticas, pois a eles cabia a decisão quanto à paz e à guerra. Desta maneira, Schmitt contempla a identidade entre Estado e política como algo histórico e contingencial, desvinculando o conceito do político do conceito de Estado e colocando-os como

¹²¹ Schmitt, *op. cit.*, p. 32.

esferas que, indubitavelmente, se cruzam sem, no entanto, se identificarem de forma absoluta.

A unidade política, em torno da qual agrupam-se os amigos, é definida a partir do critério do político, pois é a unidade política que determina, no caso de guerra, o inimigo a ser enfrentado. Assim, o conceito de unidade política é um conceito relacional, no sentido de que não está vinculado a qualquer conteúdo ou instituição concreta, pois constitui uma unidade política o sujeito capaz de determinar o inimigo político, pouco importando se esta unidade é um Estado nacional moderno, um partido político, uma instituição religiosa ou um caudilho carismático.

Como conclui Schmitt, em "consequência da orientação segundo o possível caso extremo da luta efetiva contra um inimigo efetivo, a unidade política, necessariamente, ou é a unidade decisiva para o agrupamento amigo-inimigo e, nesse sentido (...) soberana, ou ela simplesmente inexiste".¹²² Aqui Schmitt menciona a idéia de soberania - conceito conhecido da teoria do Estado desde os tempos em que ele foi originariamente formulado por Jean Bodin. No entanto Schmitt utiliza a idéia de soberania de forma original, pois para ele: "Soberano é aquele que decide sobre a exceção".¹²³ Assim, a unidade política soberana é definida a partir do caso extremo de uma guerra, ela é definida em termos puramente existenciais e não substanciais, diz respeito a uma situação concreta que não pode ser dedutível de uma substância ou forma *a priori*. Pois ela é "por essência, a unidade determinante, independentemente de que forças ela extrai seus últimos

¹²² Schmitt, *op. cit.*, p. 65.

¹²³ Schmitt *apud* Hirst, *op. cit.*, p. 127.

motivos psicológicos. Ela existe ou não existe. Quando ela existe, é a unidade suprema, isto é, aquela que determina o caso decisivo".¹²⁴

O Estado, unidade essencialmente política da modernidade, caracteriza-se pelo fato de distinguir os inimigos dentre os demais Estados nacionais, construindo, dessa maneira, a unidade em seu interior. Esta unidade de amigos, de compatriotas, estabeleceu-se graças à garantia da paz no interior das nações. Com o fim das guerras privadas, característica das sociedades feudais, a partir da unificação do poder administrativo e coercivo na figura do monarca absoluto, foi possível estabelecer a segurança e a ordem nacionais. Com isso, a categoria do político foi expurgada do âmbito interno das nações, que passaram a ser tratadas como questões de polícia, pois no interior dos Estados:

"havia apenas polícia, não mais a política, a menos que intrigas da corte, rivalidades, tentativas de levantes, e rebeliões de descontentes, enfim, 'perturbações', fossem chamadas de política (...) A política no sentido lato, a alta política, naquela época era somente a política externa, realizada por um Estado soberano enquanto tal, diante de outros Estados soberanos reconhecido por ele como tais, no plano deste reconhecimento, decidindo acerca da amizade, inimizade ou neutralidades mútuas".¹²⁵

Essa menção à despolitização interna levada a cabo pelo Estado moderno nacional salienta um traço essencial do conceito do político de Schmitt: o seu caráter desagregador. Como sublinha Marramao: "o *critério específico* do político não está no refundar e recompor, mas no *dirimir* e no *dividir*".¹²⁶ Assim, o político emerge

¹²⁴ Schmitt, *op.cit.*, p. 69.

¹²⁵ Schmitt, *op. cit.*, p.32-33.

¹²⁶ Marramao, *op. cit.*, p. 230.

como algo conflituoso, cuja "neutralização" é condição para a construção de uma unidade política estável. Deve-se ter em conta esse traço do conceito schmittiano do político, pois, embora Schmitt centre foco sobre a exceção e não sobre a regra, isso não implica em uma sublimação do conflito ou da luta especificamente política em detrimento da paz ou da segurança jurídica. Pelo contrário, Schmitt, ao fundar a normalidade na exceção, não suprime a regra, mas a funda sobre a excepcionalidade. Isso evidencia-se nas suas considerações sobre a ordem jurídica nacional, cuja validade depende de uma normalização, pois uma "norma pressupõe uma situação normal e nenhuma norma pode ter validade para uma situação que frente a ela é totalmente anormal".¹²⁷ Dessa maneira, o fundamento último do direito não repousa sobre a ordem jurídica mesma, como em Kelsen - para quem o fundamento do sistema normativo repousa, no final das contas, sobre uma norma fundamental pressuposta no pensamento -, mas sobre uma condição "meta-jurídica", ou seja, sobre uma força política, cuja validade depende de sua própria existência, vale dizer, do poder de suas armas.

2.4. NEUTRALIZAÇÃO POLÍTICA

O processo de neutralização do político, ou seja, a atenuação das divergências sociais que levam as pessoas a agruparem-se em amigos e inimigos tendo em vista uma luta armada, obedece a características culturais de cada época. Schmitt elabora

¹²⁷ Schmitt, *op.cit.*, p. 72.

uma teoria das áreas ou âmbitos centrais ("Zentralgebiete"), com o intuito de mostrar como se deu esse processo de neutralização do político ao longo dos últimos quatro séculos de história europeia. De forma esquemática e simples Schmitt, sem a intenção de exaurir a problemática por ele proposta, aponta quatro "grandes passos" do espírito europeu rumo à "despolitização" que vão da teologia à economia, passando pela metafísica e pela moral humanitária.

Primeiramente, no contexto da visão teológico-cristã de mundo, predominante até o século XVI, a Europa encontrava-se cindida de cima a baixo pelas guerras confessionais entre católicos e protestantes. Frente a esse quadro de radicalização política, cuja distinção amigo-inimigo dependia de motivos puramente religiosos, o pensamento europeu buscou uma nova "área" ou "núcleo" que neutralizasse as tensões políticas fundadas sobre disputas teológicas. Assim, a metafísica do século XVII buscou fundar a moral, o direito e a própria teologia sobre uma ordem "natural" transcendente, assim mesmo o argumento da autoridade da fé, defendida pela escolástica, é submetido a uma provação racional. É o que ocorre no pensamento de Descartes, onde a própria existência de Deus assenta sobre uma argumentação racional e não mais sobre um dogma religioso inquestionável.¹²⁸ Dessa forma, Deus é afastado do mundo, tornando-se uma "instância neutra frente às lutas e oposições da vida real".¹²⁹

Dessa maneira, uma área central é substituída por outra, de forma a possibilitar a neutralização das tensões políticas ocasionadas pela anterior. Nos

¹²⁸ Cf. a quarta e a quinta parte do *Discurso do método*, onde Descartes desenvolve 03 argumentos para justificar a existência de Deus.

¹²⁹ Schmitt, *op. cit.*, p.115.

termos do próprio Schmitt: “A área central de até então vem a ser neutralizada, pelo fato de deixar de ser a área central, e sobre o solo da nova área central espera-se encontrar aquele mínimo de concordância e premissas comuns que possibilita segurança, evidência, entendimento e paz”.¹³⁰

Assim, em razão da neutralização política, justifica-se o deslocamento do princípio teológico da fé para a razão de ordem metafísica. Entretanto “faz parte da dialética de um tal desenvolvimento que exatamente pelo deslocamento da área central sempre se crie um novo campo de lutas”.¹³¹ Em consequência à neutralização metafísica sucederam-se as guerras nacionais, e, em resposta a estas, a porção europeia do mundo migrou para a área central da moral-humanista do século XVIII, que encontra em Kant um bom exemplo. A primazia da “razão prática” sobre a “razão teórica” ou, noutros termos, da moral sobre as necessidades humanas, traduz os anseios de uma nova área neutra, a partir da qual a tensão política amigo-inimigo cede lugar a uma *paz perpétua*. No século XIX, irrompe a economia como núcleo central do espírito europeu de então, constituindo, assim, mais uma tentativa de neutralização das novas tensões políticas entre amigo e inimigo. Esta última espécie de neutralização é característica do pensamento liberal, contra o qual Schmitt não poupa críticas.

Para Schmitt o pensamento liberal-burguês não possui nenhuma teoria positiva da política. E nem poderia possuir, pois o seu individualismo exacerbado não extrai nenhuma positividade da política e do Estado. O que realmente existe é uma crítica

¹³⁰ Schmitt, *op. cit.*, p. 114.

¹³¹ Schmitt, *op. cit.*, p. 115.

liberal do Estado, que procura limitá-lo em face dos direitos individuais de liberdade e de propriedade, tornando-o um “Estado de direito”, onde a decisão política, antes submetida à vontade do monarca, é substituída pela racionalidade e abstratividade da lei. O político, por sua vez, torna-se o campo ético das “discussões” e do “livre arbítrio”, expurgando-se, assim, o conflito de seu âmbito. Numa frase, despolitiza-se a própria política.

A neutralização tipicamente liberal da política move-se entre dois pólos extremos, o da ética e o da economia. Tal fato se evidencia nos próprios conceitos políticos do pensamento liberal, onde a idéia de luta é substituída pela noção econômica da “livre concorrência” ou pelo princípio ético da “livre discussão”. A própria idéia de vontade soberana do monarca transmutou-se no princípio jurídico da soberania da lei, cujo caráter geral e abstrato melhor atende a exigência racional de “cálculo e previsibilidade” - no sentido weberiano da expressão -, mais adequada ao critério econômico de segurança das relações mercantis. Esta espécie de neutralização, assim como as demais precedentes, visa retirar o caráter conflituoso, vale dizer político, das relações sociais como forma de se obter uma nova base de consenso e paz.

No entanto, assim como as outras formas precedentes, a neutralização liberal, oscilante entre princípios éticos e econômicos, não subsiste ante o político, que pode permanecer inerte por algum tempo, mas que não tarda em manifestar-se como elemento desagregador em qualquer área da vida social. Em Schmitt, como já foi evidenciado, o político não possui uma realidade substancial própria, dessa forma

tudo é potencialmente político. Assim, as instâncias sociais neutralizadas pelo liberalismo, tais como a economia, a religião, a ciência e o direito são politizadas a ponto de romperem a estabilização liberal embasada sobre a “área central” da ética e da economia. Tal processo de politização foi desencadeado pela crescente inserção das massas no processo de decisão política nas modernas democracias européias do século XX. A exigência de uma maior democratização, no sentido de uma maior participação popular, leva a um processo em que o Estado e a sociedade se interpenetram, de tal forma que “todos os assuntos até então políticos tornam-se sociais e vice-versa, todos os assuntos até então apenas sociais tornam-se estatais”, fazendo com que as “áreas até então 'neutras' - religião, cultura, educação, economia - deixam então de ser 'neutras' no sentido de não-estatal e não-político”.¹³²

Antes de prosseguir na exposição do pensamento político de Schmitt, cabe lembrar que a análise que este autor faz do Estado não se restringe à problemática interna das nações. Antes, porém, se debruça sobre aspectos de direito internacional, que constituíram o tema preferencial da terceira e última fase do pensador de Plattenberg. No entanto não se tratará deste tópico da obra schmittiana, pois, como já foi dito, o que constitui o objeto específico deste trabalho é a primeira fase do pensamento de Schmitt, desenvolvida à época de Weimar e que versou, basicamente, sobre temas políticos e jurídicos de âmbito interno das nações. A análise schmittiana da crise do Estado moderno, bem como a sua crítica à democracia representativa e ao direito, especialmente o direito constitucional, constituem o objeto de análise do capítulo seguinte.

¹³² Schmitt, *op. cit.*, p.47.

CAPÍTULO III

O PENSAMENTO POLÍTICO-CONSTITUCIONAL DE CARL SCHMITT.

No capítulo anterior tratamos do pensamento especificamente político de Schmitt. No presente item adentramos no seu pensamento político-constitucional. Cabe salientar que o pensamento constitucional de Schmitt é perpassado por considerações de ordem política, daí utilizarmos aqui a denominação “político-constitucional”, pois, uma vez que tais esferas estão estreitamente vinculadas no seu pensamento, seria descabido falar de um pensamento schmittiano estritamente constitucional.

O conjunto do pensamento de Schmitt sobre a constituição e o direito constitucional se encontra exposto na obra *Teoria da Constituição*, que (juntamente com o *Nomos da Terra*) constitui a sua obra mais sistemática. A *Teoria da Constituição*, como assinala Pasquino, tem por objeto a teoria da constituição e a teoria das formas de governo, cuidando, especialmente, da forma democrática de governo.¹³³ Tendo em vista a dupla temática apontada por Pasquino, neste capítulo, dedicaremos um item à teoria constitucional de Schmitt e um outro a sua teoria das formas de governo. Aqui, tomou-se por base a obra *Teoria da Constituição*, por ser a principal obra jurídica de Schmitt, onde o autor expõe os principais contornos de sua teoria no que se refere ao direito constitucional. Os demais textos onde o autor retoma o tema da constituição (*Legalidade e Legitimidade* e *O guardião da*

¹³³ *Op. cit.*, p.1088.

Constituição) serão utilizados incidentalmente, dado o caráter circunstancial e assistemático dessas obras, tendo em vista o momento histórico-político específico em que foram redigidas: o da decadência da República de Weimar e a ascensão dos nazistas ao poder. Cabe lembrar que o pensamento constitucional de Carl Schmitt foi exclusivamente elaborado à época da era weimariana, sendo que, após este período, o autor jamais retomou essa temática.

3.1. A CONSTITUIÇÃO COMO DECISÃO POLÍTICA E O PROBLEMA DE SUA REFORMA.

Carl Schmitt elaborou uma tipologia que engloba os diversos conceitos de constituição. Não interessa aqui o estudo aprofundado de todas as quatro espécies de constituições arroladas por Schmitt.¹³⁴ Assim, nos deteremos, especialmente, no “conceito positivo de constituição”, que é o conceito criado e adotado por Schmitt.

¹³⁴ Os conceitos de constituição arrolados por Carl Schmitt são os seguintes: o conceito absoluto de constituição; o conceito relativo de constituição; o conceito ideal de constituição e, finalmente, o conceito positivo de constituição. O conceito absoluto possui duas significações, a primeira diz respeito à constituição entendida como “concreta situação de conjunto” de uma determinada unidade política e social, aqui a constituição confunde-se com o próprio modo de ser (a existência mesma) da comunidade concreta, no sentido da concepção aristotélica de constituição. A segunda significação do conceito absoluto de constituição diz respeito à tese que põe a constituição como “lei fundamental” de cuja existência dependem todas as demais normas jurídicas que integrem a vida do Estado, bem como o próprio Estado (Kelsen). O conceito relativo é o que caracteriza a constituição apenas por seu aspecto formal, ou seja, é constituição todo o conjunto de leis cuja supressão ou mesmo alteração dependam de uma maioria qualificada no parlamento, dificultando assim a sua reforma. A constituição em seu sentido ideal diz respeito a um modelo ideal do que seja ou deva ser uma constituição, respondendo, assim, a um determinado modelo abstrato de constituição. Tome-se como exemplo o artigo 16 da Declaração francesa dos direitos do homem e do cidadão: “*Toute société dans laquelle la garantie des droits n'est pas assurée, ni la séparation des pouvoirs déterminé, n'a pas de Constitution*”. Por fim, quanto ao conceito positivo de constituição *vide* texto.

A constituição em seu sentido positivo é a decisão quanto ao modo e à forma de existência de uma determinada comunidade ou unidade política. A constituição não é tida como um determinado documento onde se encerram determinadas normas jurídicas qualificadas de “constitucionais” em razão de sua forma, nem, tampouco, como uma espécie de lei fundamental - vale dizer, como um princípio normativo unificador responsável pela coesão política de uma determinada comunidade. Assim, a constituição, para Carl Schmitt, não é uma norma, é uma decisão concreta sobre a forma de organização social e política de uma comunidade. Em suma, diz respeito ao *modo* e à *forma* de existência da própria unidade política. Em outros termos, a constituição de uma determinada nação que reconheça o poder soberano do povo, a limitação dos poderes estatais e os direitos fundamentais constitui-se, dessa forma, numa clara opção pela forma democrática e republicana de governo. Tem-se, assim, uma constituição democrática, que é qualitativamente diversa de uma constituição monárquica típica, onde a soberania pertence ao rei e não ao povo e, conseqüentemente, a limitação dos poderes em face de direitos fundamentais anteriores ao Estado carece de qualquer sentido.

Desta forma, as exerações contidas nos preâmbulos das constituições, bem como os princípios consagrados constitucionalmente, ao contrário do que afirmava a teoria mais formalista do direito, não são apenas exortações abstratas de importância meramente axiológica e de duvidosa normatividade.¹³⁵ As declarações contidas nos princípios e preâmbulos das constituições são antes decisões políticas

¹³⁵ Para um maior esclarecimento acerca do debate em torno do caráter normativo dos princípios constitucionais, bem como acerca das diversas posturas hermenêuticas adotadas *vide* Bonavides, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. p.228-266.

fundamentais, pois manifestam a decisão acerca da forma e modo de existência de uma nação. Como exemplifica o próprio Schmitt, a opção política transparece em formulações como: “ O povo alemão (...) estabelece a Constituição seguinte” e “ O *Reich* alemão é uma República”. Tais afirmações demonstram a clara opção pela forma republicana e democrática de governo, assim como a consagração dos direitos fundamentais e da tripartição dos poderes corresponde à opção pelo Estado burguês de direito.

Por se tratar de uma decisão fundamental, a constituição, em seu sentido positivo, não é restrita a uma norma constitucional qualquer, nem, tampouco, identifica-se com o conjunto das normas contidas no documento constitucional. Aqui adentramos na distinção que Schmitt opera entre *constituição* e *lei constitucional*, sem a qual não é possível um conceito positivo de constituição.¹³⁶ Diferentemente da constituição em sentido positivo, a lei constitucional caracteriza-se por não conter nenhuma decisão fundamental acerca da forma e modo de existência política de uma comunidade. Assim, uma norma que prescreva que os “funcionários não podem ser suspensos, postos na disponibilidade, aposentados ou colocados noutra situação com o vencimento inferior senão nas condições e segundo as formas fixadas em lei”,¹³⁷ não contém nenhuma decisão política fundamental quanto à própria existência de uma nação. Trata-se de uma norma constitucional em função de sua inserção no corpo dum documento constitucional, é constitucional em razão da forma e não em razão de seu conteúdo.

¹³⁶ Schmitt, Carl. *Teoría de la Constitución*. p. 23.

¹³⁷ Artigo 129º da Constituição de Weimar. In: Miranda, Jorge. *op. cit.*, p. 286.

A partir da distinção entre constituição (em seu sentido positivo) e lei constitucional, Carl Schmitt desenvolve uma série de corolários importantes no seio de sua teoria constitucional, tais como: *a)* a constituição é intangível, ao passo que as leis constitucionais não, pois estas podem ser suspensas por ocasião das medidas de exceção (Estado de sítio ou de guerra); *b)* somente as leis constitucionais podem subsistir à mudança de uma constituição, sendo recepcionadas na nova carta, uma vez que não a contrariem; e , o mais importante, *c)* a constituição não pode ser reformada, podendo somente ser alterado o texto das leis constitucionais.¹³⁸ No tocante ao último aspecto arrolado, a constituição (enquanto decisão acerca da forma e modo da existência política de uma comunidade) não pode ser jamais reformada, mas somente suprimida. Por exemplo, a supressão, mesmo que por reforma constitucional, da forma republicana de governo ou das eleições populares implica numa nova decisão acerca da existência política de uma comunidade. Esta nova decisão pode até não se autoproclamar como uma nova constituição, mas o importante é que a anterior constituição democrática não mais subsiste, desnaturando, assim, a essência da reforma constitucional.

A questão relativa aos limites da reforma do documento constitucional foi objeto das preocupações de Carl Schmitt num momento crucial da história política de Weimar. Ante o fato de que a Constituição de Weimar não continha qualquer limitação expressa ao poder de reforma da constituição, Schmitt advertia do perigo de se interpretar este poder (contido no art. 76 da carta constitucional) como algo ilimitado e onipotente. Contrariando a interpretação do positivismo legalista que

¹³⁸ Não arrolamos aqui todos os corolários desenvolvidos por Schmitt, para um estudo mais aprofundado remetemos ao texto do próprio autor: *Teoría de la Constitución*, p. 29-33.

conferia um poder desmedido ao legislador ordinário para reformar a constituição, adverte Schmitt:

“Esta concepción dominante del art. 76 sustrae a la Constitución de Weimar su substancia política y su ‘fundamento’, y lo convierte en un procedimiento de reforma neutral e indiferente frente a todo contenido, e incluso neutral también frente a la forma de Gobierno que hoy existe. A todos partidos deben dárseles, equitativamente, las mismas posibilidades de lograr las mayorías necesarias para provocar, con ayuda del procedimiento vigente para la reforma de la Constitución, la finalidad por ellos perseguida - ya sea República soviética, Imperio nacional socialista, estado sindical económico-democrático, Estado corporativo profesional, monarquía a la vieja usanza, aristocracia de cualquier género - e implantar una nueva Constitución. Todo privilegio de la forma de Estado existente o de los partidos que a la sazón detentan el Gobierno, ya sea en forma de subvenciones para la propaganda, distinciones en cuanto al uso de las estaciones radio-telefónicas, periódicos oficiales, ejercicio de la censura cinematográfica, limitación de la actividad política o de la pertenencia de los funcionarios a un partido, en el sentido de que el partido gobernante sólo permite a los funcionarios la adscripción al propio grupo o a otro de los grupos afines, prohibición de reuniones decretada contra los partidos extremos, diferencia entre partidos legales y revolucionarios por razón de su programa; todo esto son transgresiones burdas e irritantes de la Constitución, en el sentido de la concepción dominante del art. 76 llevada a sus últimas consecuencias”.¹³⁹

O trecho acima citado foi publicado em março de 1931 e continha uma grave advertência ao perigo de se transformar a República de Weimar numa outra forma de governo qualquer (“República soviética”; “Império nacional-socialista”;

¹³⁹ *La defensa de la Constitución*. p. 141.

“monarquia ao velho estilo”; etc.), de acordo com a vontade do segmento ou partido que detivesse o poder político. Mais ainda esta mudança poderia dar-se por meio de uma simples reforma constitucional, cujos limites não eram vislumbrados pelo formalismo positivista que, ante a ausência de um limite normativamente expresso ao poder de reforma, conferia ao legislador ordinário poderes constituintes plenos.

Tal compreensão defluía de duas razões básicas encontradas no positivismo formalista: o relativismo axiológico e o apego às soluções formais como maneira de escapar à indeterminação dos valores. Gustav Radbruch, então insigne defensor do positivismo legalista, afirmava: “cabe ao legislador cortar, de um só golpe de espada, o nó górdio que a ciência não poderia resolver. Sendo impossível determinar o que é justo, é necessário, ao menos, estabelecer o que deve ser direito. Em lugar de um ato de verdade, que é impossível, o que se realiza é um ato de autoridade”.¹⁴⁰ Transparece nesta citação uma idéia tão relativizante dos valores que beira o desprezo, ante a isso não estranha a opção pela solução formal - vale dizer pelo argumento legal que, em última instância, repousa na figura do legislador. Assim, diante deste quadro teórico, prevalecia o argumento formal diante do material, a razão da lei ante o irracionalismo da vontade.¹⁴¹ Não causa espanto,

¹⁴⁰ *Apud* Azevedo, Plauto Faraco de. *Limites e justificação do poder do Estado*. p. 106.

¹⁴¹ Como salienta Carl Schmitt, a idéia de lei que caracteriza o Estado burguês de direito (e da qual o positivismo legalista é tributário) encerra a concepção de que a lei não é o resultado de uma ou muitas vontades, mas sim fruto de um processo racional. As características de generalidade e abstratividade imanentes ao próprio conceito de lei são os resguardos de sua impessoalidade e universalidade. Noutros termos, o fato de a lei não valer apenas para determinadas pessoas e circunstâncias, mas sim para todas as pessoas e casos cabíveis a torna suficientemente distante das contingências sociais e políticas - daí a sua *ratio*. Tal idéia transparece nitidamente no projeto de constituição dos Girondinos de 1793, seção II, art. 4º: “les caractères qui distinguent les lois sont leur ‘généralité’ et leur ‘durée indéfinie’”. Esta concepção de lei corresponde à negação da idéia de vontade soberana predominante à época do Absolutismo, ela contrasta com as exceções e ordens concretas dispostas pela vontade do Príncipe. *Vide* Schmitt, p. 162-164.

portanto, a interpretação do art. 76 da Constituição de Weimar no sentido de se confiar poderes constitucionais extraordinários ao legislador ordinário.

Schmitt, como foi visto, insurgiu-se contra essa interpretação do art.76 da Constituição de Weimar. Contra o positivismo formalista e relativista levantou o argumento do conteúdo concreto das decisões políticas fundamentais contido na constituição alemã, evidenciando, assim, os limites duma reforma constitucional. No entanto as advertências de Schmitt não foram ouvidas, e graças a isso Hitler ascendeu ao poder pelo caminho da mais estrita legalidade. Durante o conturbado ano de 1932, Schmitt lança a sua derradeira advertência quanto à ameaça que paira sobre a Alemanha, o escrito “Legalidade e Legitimidade”. Nele o autor faz uma exortação pela salvação da Constituição de Weimar, concluindo-a com uma advertência (quase uma profecia) de tom ameaçador ao formalismo relativista. No caso de perecimento da obra constitucional alemã: “pronto se acabará con las ficciones de un funcionalismo mayoritário, que permanece neutral ante os valores y ante a verdad. Entonces la verdad se vengará”.¹⁴²

Uma vez que, para Carl Schmitt, a criação de uma nova constituição não poderia ser obra de um poder de reforma previsto nela própria, então ela somente poderia ser obra de um sujeito cuja vontade determina o conteúdo da decisão acerca da forma e modo de existência da própria comunidade política. Aqui Schmitt retoma, de maneira original, um conceito clássico do direito constitucional francês: o de poder constituinte. Assim o conceitua Schmitt:

¹⁴² p.10.

“Poder constituyente es la voluntad política cuya fuerza o autoridad es capaz de adoptar la concreta decisión de conjunto sobre modo y forma de la existencia política, determinando así la existencia de la unidad política como un todo. De las decisiones de la voluntad se deriva la validez de toda ulterior regulación legal-constitucional. Las decisiones, como tales, son cualitativamente distintas de las normaciones legal-constitucionales establecidas sobre su base”.¹⁴³

Aqui Schmitt retoma o conceito clássico de poder constituinte elaborado inicialmente pelo francês Emmanuel Joseph Sieyès à época da Revolução Francesa. Em Sieyès, a titularidade do poder de criar uma constituição pertence à nação, fonte suprema e incondicionada: “uma nação é independente de qualquer formalização positiva; basta que sua vontade apareça para que todo direito político cesse, como se estivesse diante da fonte e do mestre supremo de todo o direito positivo”.¹⁴⁴ A teoria do poder constituinte desapareceu ao longo do século XIX, graças à idéia de *supremacia da lei* (postulada pelo pensamento liberal e pelo positivismo jurídico) que expurgava qualquer conteúdo de vontade do direito como algo irracional. Pois o pensamento liberal não poderia tolerar como fundamento da ordem jurídica uma vontade suprema e incondicionada, mesmo que esta vontade fosse a da nação e não mais a do monarca absoluto. Da mesma maneira, para o positivismo jurídico o fundamento da constituição não correspondia a um conteúdo de vontade, mas sim, como em Kelsen, a uma norma fundante pressuposta pela razão.

¹⁴³ *Teoría de la Constitución*, p. 86-87.

¹⁴⁴ *A constituinte burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?)*, p. 120.

Schmitt repudia essa maneira de conceber a constituição (e, conseqüentemente, todo o ordenamento jurídico) como algo válido *per sí*, como se a sua natureza racional determinasse sua própria existência. Assim, Schmitt resgata o conceito de poder constituinte, reafirmando-o como fundamento da constituição e de todo o direito. O poder constituinte é o sujeito que formula a decisão fundamental quanto ao modo e forma de existir de uma dada comunidade, cria a sua constituição. Desta maneira, completa-se o esquema conceitual schmittiano, o qual podemos representar da seguinte maneira: Poder constituinte - Constituição - Lei constitucional. Tal esquema, ao contrário do esquema de validade lógico-formal kelseniano (Norma fundamental - Constituição - demais normas jurídicas), apresenta um caráter profundamente existencial. Noutros termos, trata-se de um raciocínio que lança suas bases na própria existência concreta e não na lógica formal e abstrata. Mais uma vez Kelsen e Schmitt são antípodas, um curva-se a um imperativo lógico-racional e outro a uma razão de ordem existencial. Ambos os pressupostos, embora fundamentalmente diversos, apresentam um traço comum: o de constituírem as pilastras sobre as quais são edificadas ambas as teorias. Não havendo, portanto, nada além deles.

É diante do fundamento puramente existencial de Schmitt que podemos compreender a sua famosa afirmação:

“La Constitución no es, pues, cosa absoluta, por cuanto que no surge de sí misma. Tampoco vale por virtud de su justicia normativa o por virtud de su cerrada sistemática. No se da a sí misma, sino que es dada por una unidad política concreta. Al hablar, es tal vez posible decir que una Constitución ‘se establece por sí misma’ sin que la rareza de

esta expresión choque en seguida. Pero que una Constitución *se dé a sí misma* es un absurdo manifiesto. La Constitución vale por virtud de la voluntad política existencial de aquel que la da. Toda especie de normación jurídica, también la normación constitucional, presupone una tal voluntad como existente. Las *leyes constitucionales* valen, por el contrario, a base de la Constitución y pressuponen una *Constitución*. Toda ley, como regulación normativa, y también la ley constitucional, necesita para su validez en último término una *decisión* política previa, adoptada por un poder o autoridad políticamente existente. Toda unidad política existente tiene su valor y su ‘razón de existencia’, no en la justicia o conveniencia de normas, sino en su existencia misma. Lo que existe como magnitud *política*, es, jurídicamente considerado, digno de existir”.¹⁴⁵

Schmitt evidencia, com sua habitual clareza e contundência, o fundamento último da constituição. A constituição não vale por si mesma, ela não é pressuposta por uma “norma hipotética fundamental”, como ocorre em Kelsen. Por trás da constituição existe uma vontade política existente e tal vontade vale em razão de sua própria existência. A vontade contida na esfera do político institui o universo jurídico, que é incapaz de impor-se por si mesmo. Neste exato momento Schmitt resgata o elemento “vontade”, que o pensamento liberal-burguês, ancorado na racionalidade da lei, expurgou não somente da esfera do direito, como também da própria esfera do político. Assim, Schmitt procurou manter o “espaço autônomo do político”¹⁴⁶ frente ao processo de neutralização jurídica levado a cabo pelo positivismo formalista. Assim, é natural o resgate do conceito de poder constituinte, originalmente elaborado por Sieyès, e introduzido por Schmitt no seio do

¹⁴⁵ *Teoría de la Constitución*. p. 25-26.

¹⁴⁶ Termo empregado por Hans Flickinger na introdução à edição brasileira de “O conceito do político”, onde defende a idéia de que Schmitt procurou delimitar um “espaço autônomo do político” (p.02).

pensamento constitucional alemão, até então baseado na idéia de soberania da constituição. Cabe salientar que a primazia que Schmitt atribui à esfera do político (“Lo que existe como magnitud *política*, es, juridicamente considerado, digno de existir”) diz respeito, principalmente, ao momento da instituição do jurídico, o que não implica em menosprezar o direito, mas em delimitar o seu âmbito de validade, circunscrito aos períodos de normalidade e não aos de exceção. E a exceção (como foi visto, quando tratamos do princípio gnosiológico do “caso extremo”) funda a própria regra: “a própria regra vive da exceção”.¹⁴⁷

Como salientamos no início deste capítulo, Schmitt, na *Teoria da Constituição*, também se ocupa da teoria das formas de governo. Assim sendo, trataremos deste tema no subcapítulo seguinte, tendo em vista a sua importância para caracterização schmittiana do fenômeno constitucional do Estado burguês de direito.

¹⁴⁷ Vide capítulo 2, subcapítulo 2.1.

3.2. A TEORIA DAS FORMAS DE GOVERNO E A IDÉIA DE ESTADO DE DIREITO

Antes de adentrarmos, especificamente, na análise schmittiana da constituição liberal-burguesa, cabe explicitar os critérios “político-formais” que constituem o lastro das argumentações de Schmitt.

Para Schmitt, a variedade de formas de governo politicamente existentes é compreendida entre dois princípios contrapostos e extremos: o princípio da *identidade* e o da *representação*. Tais princípios correspondem à situação política de um povo no seio de um determinado Estado - unidade política da modernidade por excelência. Desta maneira, cada Estado corresponde a um determinado “*status* de um povo”¹⁴⁸, vale dizer, ao seu modo de existir politicamente. Cabe salientar, neste momento, que o povo emerge, na teoria schmittiana das formas de governo, como o elemento vital, como o “sujeito de toda determinação conceitual do Estado”.¹⁴⁹

Assim, tendo como critério de classificação a situação política do povo no seio do Estado, Schmitt enuncia seus dois princípios “político-formais”. O *princípio da identidade*, onde inexistente qualquer distinção entre governantes e governados e cujo modelo teórico é Rousseau. Neste autor, a unidade do povo é pensada sob a forma de identidade imediata entre sujeito e cidadão, entre Estado e soberania

¹⁴⁸ “*Teoría de la Constitución*”, p. 237.

¹⁴⁹ *Ibidem*.

popular, de tal forma que fica excluída qualquer possibilidade de representação política. Aqui o povo é plenamente capaz de uma atuação política imediata e concreta a qualquer tempo. É a idéia de democracia direta plena. Contraposto a este princípio está o *princípio da representação*, segundo o qual o povo deve ser sempre politicamente representado, haja vista a impossibilidade concreta de uma identificação absoluta entre governantes e governados. Tem-se em Hobbes um modelo teórico extremo do princípio da representação, pois nele a existência do povo como unidade política (vale dizer, como Estado) é o resultado de um “pacto”, onde o monarca absoluto torna possível existencialmente uma unidade que inexistia antes da representação. Antes do Estado existia, apenas, o “estado de natureza”, onde não havia qualquer unidade política, somente a “guerra de todos contra todos”. Em síntese, os princípios elaborados por Schmitt correspondem a dois casos extremos e irreduzíveis que vão da democracia direta até o mais absoluto dos governos.¹⁵⁰

Obviamente, tais princípios político-formais, enquanto conceitos puros, não são possíveis na vida concreta dos povos, pois a identidade e a representação aparecem como casos limites, vale dizer, como princípios abstratos extremos - tal elaboração teórica corresponde ao princípio gnosiológico do “caso extremo”, anteriormente estudado. Assim, o ideal do princípio da identidade, contido na noção de democracia direta é irrealizável, pois Estado algum pode existir sem a idéia de representação. Isso porque o Estado imprescinde da forma de governo, e esta corresponde, inexoravelmente, a uma espécie de representação. A plena

¹⁵⁰ *Ibidem.*

identificação entre povo e Estado equivaleria à supressão de qualquer representação, portanto implicaria na supressão do próprio Estado - como ocorre na teoria política do anarquismo. Da mesma maneira, a plena realização do princípio da representação (no sentido da célebre expressão de Luis XIV: "L'Etat c'est moi") é impossível, pois nenhum Estado pode ignorar os elementos do princípio da identidade, pois isso implica em ignorar o próprio povo, de alguma maneira, sempre presente.¹⁵¹ Embora tais princípios não vigorem em sua pureza conceitual, eles estão presentes na vida do Estado: "En la realidad de la vida política no hay un Estado que pueda renunciar a todos los elementos estructurales del principio de la identidad, como no hay que pueda renunciar a todos los elementos estructurales de la representación".¹⁵²

Tais conceitos extremos, no âmbito da vida concreta dos povos, não são excludentes entre si pelo contrário, podem ser combinados de maneira a coexistirem, de forma que um ou outro possa predominar em uma determinada forma concreta de Estado: "Ambas posibilidades, identidad y representación, no se excluyen entre sí; no son más que puntos de orientación contrapuestos para la conformación concreta de la unidad política. Un u otro predomina en cada Estado, pero ambos se encuentran en la existencia política de un pueblo".¹⁵³ Desta forma, Schmitt, tendo por base os princípios político-formais, enquadra as tipologias das formas de governo concretas entre esses dois conceitos extremos e abstratos.

Partindo da tradicional classificação das formas de governo, originalmente formulada por Aristóteles, Schmitt distingue três formas básicas: democracia,

¹⁵¹ *Op. cit.*, p. 240.

¹⁵² *Op. cit.*, p. 237.

¹⁵³ *Op. cit.*, p.238.

aristocracia e monarquia. Tais formas encontram-se dispostas entre os dois princípios abstratos da representação e da identidade. Assim, a forma democrática de governo aproxima-se mais do pólo extremo do princípio da identidade, que, como foi visto, encerra o ideal de democracia direta proposto por Rousseau. A forma monárquica, por sua vez, aproxima-se do pólo contrário da representação, cujo modelo teórico é o do perfeito hobbesianismo. Entre essas duas formas concretas de governo, democracia e monarquia (que se aproximam sem, no entanto, tocar os princípios abstratos da identidade e da representação), está a forma aristocrática de governo. Deve-se lembrar que o povo, no pensamento de Schmitt, representa o elemento decisivo na configuração conceitual das formas de governo. Desta maneira, na democracia a representação popular é feita da maneira mais direta possível, ao passo que na monarquia a diferença entre governantes e governados, entre povo e monarca, é mais acentuada. A aristocracia, por fim, situa-se entre estas duas formas concretas, combinando os princípios da identidade e da representação de maneira, mais ou menos, eqüitativa.

Expostos os pressupostos conceituais de Schmitt, cabe agora ingressar na análise do Estado burguês de direito. Este princípio nasceu da luta da burguesia contra o poder absoluto do monarca, constituindo, portanto, um modelo antitético a esta forma de governo. Assim, no Estado de direito a vontade soberana, típica da monarquia absoluta, é substituída pela idéia de legalidade como critério racional de contenção da arbitrariedade do poder estatal. Dessa forma, a atuação do Estado era vinculada ao pressuposto da lei, vale dizer da constituição, que era encarada, dentro do espírito do liberalismo mais autêntico, como um verdadeiro limite ao poder do

Estado. Limite este justificável ante a necessidade de garantia dos direitos e liberdades individuais, tão caros ao contratualismo iluminista.

A partir dessa idéia negativa que o liberalismo mantinha acerca do Estado, foi justificada toda uma série de “freios e contrapesos” constitucionais ao poder político estatal. Tais mecanismos legais limitadores do poder do Estado, em face dos indivíduos, traduziam-se em dois princípios básicos e elementares do Estado burguês de direito: o princípio da tripartição dos poderes e o princípio da garantia dos direitos individuais. Tais princípios são tidos, pelo constitucionalismo liberal, como elementos integrantes do próprio conceito de constituição, de tal maneira imbricados a ela que a sua ausência implicaria na descaracterização da própria constituição. É o que enuncia a célebre “declaração dos direitos do homem e do cidadão”, em seu 16º artigo: “Toute société dans laquelle la garantie des droits n’est pas assurée, ni la séparation des pouvoirs déterminée, n’a pas de Constitution”.

Tal como foi exposto, o princípio do Estado burguês de direito representa mais uma forma de limitação do poder do Estado do que, propriamente, uma forma de governo. É esta a conclusão de Schmitt, a seguir enunciada:

“El elemento propio del Estado de derecho, con los dos principios: derechos fundamentales (...) y división de poderes (...), no implica considerado en sí mismo, *forma* de gobierno alguna, sino sólo una serie de límites y controles del Estado, un sistema de garantías de la libertad burguesa y de la relativización del poder del Estado. El Estado mismo, que debe ser controlado, se da supuesto en este sistema. Los principios de la libertad burguesa pueden, sí,

modificar y templar un Estado, pero no dan lugar por sí mismos a una forma política".¹⁵⁴

Desta forma, o Estado de direito é um princípio moderador do Estado e não uma forma de governo específica, situada entre os polos conceituais da identidade e da representação. Tal constatação não é somente averiguável no mundo dos conceitos, mas, principalmente, na vida política concreta dos povos. O princípio do Estado de direito, com todo o seu aparato de "freios e contrapesos", não ficou restrito ao âmbito dos regimes democráticos, mas estendeu-se, ao longo do século XIX, às formas monárquicas de governo. Foi o que ocorreu, por exemplo, nas chamadas monarquias constitucionais europeias que sucederam a Revolução Francesa. Assim ocorreu na França após a revolução de 1830, sob o reinado de Luís Felipe, e, também, nos vários reinos alemães que, após a revolução de 1848, passaram a adotar constituições de feição liberal.

Como foi acima demonstrado, o Estado burguês de direito constitui um princípio maleável e compatível com as formas monárquica e democrática de governo. De tal sorte que pode coexistir com esses vários elementos díspares e, muitas vezes, conflitantes. Isso ocorre graças ao caráter moderador intrínseco, contido nos princípios de limitação do poder do Estado (tripartição dos poderes e garantia dos direitos fundamentais), que impede que as formas de governo (monarquia e democracia) aproximem-se de seus conceitos extremos (representação e identidade). Assim, os Estados modernos, orientados pela idéia de Estado de direito, possuem, em verdade, constituições mistas, no sentido de que nela podem se

¹⁵⁴ *Op. cit.*, p. 231.

combinar elementos característicos das três formas de governo conhecidas. Como destaca Schmitt:

“La Constitución del moderno Estado de Derecho puede aparecer, pues, tanto en las formas de la Monarquía como en las de la Democracia. Sólo una consecuente realización del principio político-formal obstaculiza la consecuente realización del principio del Estado de Derecho, de manera que, en tanto que es reconocido y practicado de hecho el principio liberal de la libertad burguesa, sólo hay Monarquías o Democracias moderadas, esto es, frenadas y modificadas por los principios del Estado de Derecho. La Constitución del Estado burgués de Derecho es, por lo pronto, una Constitución mixta, en el sentido de que el elemento *proprio del Estado de Derecho*, independiente y completo en sí mismo, se une con elementos *político-formales*”.¹⁵⁵

O princípio do Estado de direito não somente mostrou-se compatível com as formas de governo democrática e monárquica, como, também, foi capaz de combinar em seu âmago vários elementos típicos das três formas de governo aqui expostas. Desta maneira, o Estado de direito pode comportar elementos monárquicos, democráticos e até aristocráticos em seu interior.

O elemento tipicamente monárquico é centrado na representação unitária do povo por apenas um homem, tal não ocorre somente nas chamadas monarquias constitucionais, mas, também, no chamado sistema presidencialista de governo, onde o chefe do executivo participa, com relativa independência, da direção política.

¹⁵⁵ *Op. cit.*, p. 234.

O traço democrático, incorporado pelo Estado de direito, centra foco sobre a participação direta do povo, através de referendo ou plebiscito, nas decisões políticas fundamentais do Estado.

Como foi acima indicado, a forma aristocrática guarda uma certa equidade entre ambos os conceitos-limites de representação e de identidade, pois, de um lado, contraria a monarquia ao admitir uma quantidade maior de representantes, e, de outro, não realiza o ideal democrático da plena identidade entre povo e governantes. Assim, o elemento tipicamente aristocrático do Estado de direito liberal-burguês está contido na idéia de governo parlamentar, introduzida no mundo político pela prática constitucional inglesa do século XVII. Além do traço essencialmente aristocrático (contido na idéia de representação da unidade política por um grupo de pessoas), o parlamento inglês reforçava a identidade com a forma aristocrática, ao distinguir, através do sistema bicameral, os representantes da aristocracia dos representantes do povo - a "House of Lords" da "House of Commons". O princípio do bicameralismo vingou, especialmente, nos sistemas federativos graças ao exemplo da constituição norte-americana que distinguia, embora com fundamentos diversos dos critérios nobiliárquicos ingleses, o Senado (a representação das unidades federadas) da Câmara dos deputados (a representação do conjunto do povo). Assim, o traço tipicamente aristocrático assimilado pelo princípio do Estado de direito diz respeito à existência de um grupo de representantes do povo no parlamento, podendo tal elemento ser reforçado pelo sistema bicameral existente em alguns países, notadamente nos Estados federados.

Desta maneira, os vários elementos correspondentes as três formas de governo (democracia, aristocracia e monarquia) são incorporados pelo princípio de Estado de direito que, graças ao seu caráter relativo, pode incorporar em seu âmago tais elementos, mantendo, entre eles, um precário equilíbrio. Segundo Schmitt, a essência do sistema parlamentar reside na manutenção desse equilíbrio entre esses elementos típicos de formas de governo antagônicas. A idéia, ínsita ao Estado de direito, de limitação do poder do Estado permite tal façanha, pois impede que os elementos monárquicos, democráticos e aristocráticos realizem seus respectivos desígnios, vale dizer, aproximem-se de seus conceitos-limites de representação e identidade. Assim, como sublinha Schmitt:

“el sistema parlamentario no es una consecuencia, una aplicación del principio democrático de la identidad, sino que es la forma del Gobierno propia de una Constitución moderna del Estado de Derecho. Descansa en un aprovechamiento y mezcla de elementos políticos distintos, e incluso contrapuestos. Utiliza construcciones *monárquicas* para robustecer el *Ejecutivo*, es decir, el Gobierno, contrapesarlo con el Parlamento; aplica las ideas *aristocráticas* para un cuerpo representativo y, en algunos países, también en el sistema bicameral; utiliza concepciones *democráticas* del poder de decisión del Pueblo, no representado, sino votando directamente (...) Este sistema lleva, pues, la mezcla típica y peculiar que (...) corresponde a la esencia del Estado burgués de Derecho o, al menos, a su perfección. No es una forma política especial propiamente dicha, ni forma dei Gobierno. Pero es un *sistema* de utilización y mezcla de distintas formas de gobierno y legislación en servicio de un equilibrio delicado”.¹⁵⁶

¹⁵⁶ *Op. cit.*, p. 354.

Pois bem, evidenciado o caráter complexo do sistema parlamentar, embasado na idéia de Estado de direito, cabe salientar que este sistema manteve o equilíbrio entre seus vários componentes, de maneira mais ou menos satisfatória, ao longo do século XIX. No entanto, com a erupção das massas populares no cenário político do início deste século, tal equilíbrio foi seriamente comprometido. As exigências de igualdade por parte dos trabalhadores, embasados ideologicamente no ideário socialista e comunista, levaram à radicalização do princípio democrático - no sentido da realização de seu conceito extremo de identidade entre governantes e governados. Tal processo rompeu com o equilíbrio da constituição mista do Estado liberal-burguês, que redundou, no âmbito da história do constitucionalismo, na chamada crise do modelo liberal de constituição.

Dadas uma série de circunstâncias sociais e políticas, coube ao Estado alemão de Weimar vivenciar, prematuramente, essa crise de maneira traumática. A constituição weimariana de 1919 continha, como foi visto, uma série de compromissos entre os mais diversos segmentos e classes sociais que compunham o cenário político alemão. Em seu bojo continha uma série de direitos sociais e coletivos que bem demonstram o papel político desempenhado pelas classes operárias, então insurgentes no cenário político. Como salienta Schmitt, tal quadro bem demonstra as diferenças entre parlamentarismo e democracia, entre um regime baseado na combinação de vários elementos diversos e um regime que busca a sua conseqüente realização no seu princípio extremo de identificação. A burguesia, com seu princípio de Estado de direito, via-se, então, compelida a renunciar à plena

realização do princípio democrático, pois este colocava em xeque o delicado equilíbrio do sistema parlamentar.

Schmitt, como já dissemos, foi um arguto observador político de seu tempo. Ele bem sabia que nas situações de crise, como era o caso da República de Weimar, era necessária uma sólida e eficaz decisão política que se impusesse às contradições internas da nação, conduzindo-a a sua pacificação. Profundo conhecedor do regime liberal burguês e, principalmente, de suas contradições internas, Schmitt reconhecia as incompatibilidades entre o parlamentarismo e a mais conseqüente democracia. Ao tratar da revolução alemã de 1848, ele propugnou: “Frente a las pretenciones políticas de una Monarquía fuerte, la burguesía hacía valer los derechos del Parlamento, de la Representación *popular*, es decir, reclamaciones democráticas; frente a una Democracia proletaria buscaba protección en un fuerte Gobierno monárquico para salvar la libertad burguesa y la propiedad privada”.¹⁵⁷ Assim, a burguesia mantinha-se precariamente equilibrada entre os pólos extremos da identidade e da representação, ante a ameaça de uma democracia conseqüente que exigisse bem mais do que a simples igualdade formal perante a lei, ela não exitava em recorrer ao poder extremo da representação, quer fosse o poder de um monarca, quer fosse o de um ditador qualquer.

¹⁵⁷ *Op. cit.*, p. 358.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho tratamos da obra político-constitucional de Carl Schmitt, tendo em vista o contexto político-histórico em que foi redigida, que, como já é de nosso conhecimento, foi o período da República alemã de Weimar. De forma bastante sintética, foi esta a linha expositiva adotada.

No primeiro capítulo, foi traçada uma “breve história política da República de Weimar”, onde foram evidenciados os mais importantes momentos políticos da dita República. Assim, foi descrito o seu processo de nascimento, com especial referência às lutas políticas que o marcaram. Tratou-se, também, da crise econômica e política pela qual passou a Alemanha neste período, salientando-se a ação dos grupos extremistas - notadamente os de extrema direita. Procedeu-se, ainda, a uma análise das denominadas “omissões” dos dirigentes políticos weimarianos que, segundo ficou expresso, conduziram ao processo de fragmentação e colapso da própria República. Por fim, introduzimos um sub-capítulo específico para perscrutar o verdadeiro grau de envolvimento de Carl Schmitt com o regime nacional-socialista de Adolf Hitler. Justifica-se a inserção deste item pelo fato de que a adesão de Schmitt marcou de maneira indelével e preconceituosa o conjunto de sua obra. Preconceito este que, no nosso entendimento, deve ser superado em razão da extrema relevância da obra schmittiana.

No segundo capítulo, buscou-se evidenciar os conceitos propriamente políticos da obra de Carl Schmitt. Assim, tratou-se do conceito (critério) do político, baseado na distinção quanto ao amigo e ao inimigo. Tal critério guarda estreita vinculação com a possibilidade de guerra, daí emanando o seu caráter desagregador e conflituoso. Como foi visto, o sujeito da decisão quanto ao amigo-inimigo configura o conceito de unidade política que, para Schmitt, corresponde, na modernidade, ao Estado. Salientou-se, por fim, a denominada teoria schmittiana dos “âmbitos centrais”, segundo a qual o elemento desagregador do político tende, historicamente, a ser neutralizado por uma determinada evolução do “espírito” humano rumo a novas “áreas ou âmbitos centrais” capazes de fornecer uma nova base de consenso e paz.

No terceiro capítulo, tratou-se do pensamento político-constitucional de Schmitt. Em primeiro lugar, foram salientados os elementos conceituais de seu pensamento estritamente constitucional. Assim, foram expostas as noções de constituição positiva, como decisão quanto ao modo e à forma de existência política de uma comunidade; de poder constituinte, como vontade política fundante da ordem constitucional (dando especial relevo à questão da reforma da constituição); bem como a distinção schmittiana entre constituição e leis constitucionais. Em segundo lugar, tratamos da teoria schmittiana das formas de governo, assim, foram expostos os conceitos extremos de representação e de identidade, onde o autor enquadra as formas básicas de governo (democracia, monarquia e aristocracia); bem como as implicações conceituais e políticas dessas formas no parlamentarismo liberal, orientado pelo princípio do Estado burguês de direito.

Ao se cotejar o conteúdo dos capítulos deste trabalho, acima indicados, destacam-se dois elementos importantes do pensamento Schmittiano: a sua extrema amplitude e o carácter profundamente assistemático do conjunto de suas proposições. Entretanto temos que tais fatores são elucidados diante da realidade histórica vivida por Schmitt, ou seja, a República de Weimar.

Começemos por sua teoria constitucional, centrada no conceito positivo de constituição cujo conteúdo expressa a decisão política quanto ao modo de ser e de existir de uma dada comunidade política. A partir desta *decisio*, Schmitt efetua a importante distinção entre constituição e leis constitucionais, ou seja, distingue a decisão política fundamental daquelas normas de carácter formal, cujo conteúdo não diz respeito à maneira ou forma de uma unidade política concreta. Ora, tal distinção é perfeitamente compreensível dentro do quadro de uma constituição que não estabelecia, expressamente, qualquer limite ao poder de reforma. Tal era o caso da constituição weimariana de 1919. Ademais, Schmitt combatia a vertente positivista do direito que transformava a constituição num amontoado de leis indistintas, ignorando, por completo, qualquer conteúdo axiológico. Assim, as leis seriam apenas diferenciadas quanto à forma, vale dizer quanto ao processo legiferante que estabelecia um *quorum* qualificado para as leis constitucionais e um outro simples para as leis ordinárias. Schmitt contrariou decididamente esta vertente formalista do direito, salientando o carácter intangível do núcleo da constituição, a sua *decisio*, a maneira de ser e de existir da comunidade política alemã de Weimar.

O conceito de poder constituinte, resgatado do pensamento constitucional francês e introduzido no constitucionalismo alemão por Schmitt, apresenta uma função dupla no conjunto de seu pensamento. A primeira diz respeito ao sujeito da *decisio* contida na constituição, se a decisão é uma decisão política consubstanciada num documento escrito, esta decisão necessariamente pressupõe um agente capaz de impô-la ao conjunto da sociedade. A segunda trata de ligar o pensamento constitucional de Schmitt ao seu pensamento estritamente político. Assim, a vontade do titular do poder constituinte que estabelece a constituição (e, conseqüentemente, todo o ordenamento jurídico duma comunidade) é a mesma força capaz de distinguir o amigo do inimigo e, desta maneira, fundar a unidade política autêntica.

Tal constatação é reforçada pela teoria schmittiana dos “âmbitos ou zonas centrais”, segundo a qual a história européia evolui no sentido de neutralizar o político - haja vista o seu caráter desagregador. Dessa forma, a fundação de um ordenamento jurídico tem como objetivo precípua substituir as decisões políticas por decisões legais, relativamente neutras frente à conflituosidade do universo político. Assim, o direito constitui um instrumento de despolitização da sociedade, onde o critério do amigo-inimigo é substituído pela razão da lei. Ora, tal constatação corresponde à necessidade, apontada por Schmitt, de pacificação interna, através de um “âmbito” ou “zona” central que neutralize as disputas políticas, formando, assim, as bases de uma convivência mais ou menos tranqüila no seio de uma comunidade. A idéia de neutralização política representa, no seio do pensamento político schmittiano, o que a idéia do príncipe representa para Maquiavel e o que a idéia de Estado representa para Hobbes - no sentido da pacificação interna e conseqüente

construção da unidade política nacional. A diferença é que Schmitt não prendeu-se a um ideal político explícito, a sua obra é essencialmente crítica, vale dizer, despreocupada quanto a possíveis soluções aos problemas colocados pela política.

A conflituosidade do universo político, e a sua necessária neutralização, pode muito bem ser entendida à luz do cenário político no qual viveu Schmitt, o da República de Weimar. Como foi visto, a Alemanha weimariana sobreviveu em meio a lutas e conflagrações políticas que punham em risco a sua existência política. Não é de se estranhar o fato de que tal quadro pudesse influenciar de maneira decisiva o pensamento de Schmitt quanto à política. Schmitt situa-se entre pensadores como Maquiavel e Hobbes no que diz respeito às premissas antropológicas de seu pensamento. A idéia de política como conflito é o resultado inexorável de um quadro político dramático, pois tanto Schmitt quanto Maquiavel e Hobbes experimentaram as agruras da guerra civil. A estes pensadores coube vivenciarem momentos conflituosos da história do homem, não seria descabido que eles traduzissem tal desconforto no seio de seus respectivos pensamentos.

Por fim, a idéia de Estado de direito como um princípio misto que engloba várias formas de governo diferentes e até mesmo contraditórias. Tal fator constitui o elemento delicado e instável da ordem jurídico-estatal moderna, cujo nascimento ocorre com a ascensão da burguesia ao poder político. Também aqui a instabilidade da República weimariana se faz presente, pois, como ficou evidenciado, a república weimarina ficou equilibrada entre as várias correntes políticas que existiam em seu meio que ora faziam valer os elementos aristocráticos (o poder do parlamento), ora

os monárquicos (o poder do presidente da República), ora os democráticos (o poder do povo invocado nas sucessivas eleições que marcaram o final da era weimariana). Schmitt, ao introduzir a idéia de constituição mista em seu pensamento, introduz, em verdade, esta mescla de vertentes e formas políticas que compõem todo o Estado burguês de direito, especialmente, o Estado alemão de Weimar, cuja heterogênea composição política mantinha-o sob um delicado equilíbrio entre vertentes extremas e contraditórias.

Temos, assim, que o pensamento político-constitucional de Schmitt é perpassado pela experiência político-concreta weimariana. O conjunto de seu pensamento é somente elucidado tendo em vista esta contextualização necessária. Todos os temas abordados ao longo dessa dissertação encontram eco na situação vivida pela Alemanha na era weimariana, tal cenário é o que fornece elementos que melhor configuram o pensamento de Schmitt, mostrando-lhe a concretude e significados políticos exatos.

Tal conclusão não implica em relativizar o pensamento de Schmitt, no sentido de restringi-lo ao contexto político weimariano. Em verdade, seu pensamento, assim como o de Maquiavel e o de Hobbes, tem o mérito de transcender as especificidades político-concretas que os engendraram. A conflituosidade do universo político, a decisão política que instaura a ordem jurídico-constitucional, bem como os elementos contraditórios que integram a ordem estatal-jurídico moderna, fruto da vitória do princípio do Estado de direito, são elementos atuais que ainda informam a

maioria das comunidades políticas modernas, de tal sorte que não se pode falar de uma superação do pensamento político-constitucional schmittiano.

Por fim, cabe perquirir acerca do caráter conservador e até mesmo reacionário do pensamento de Carl Schmitt. Evidentemente, muitas das acusações a Schmitt derivam de sua controvertida adesão ao regime nazista de Adolf Hitler. Temos, juntamente com Paul Hirst, que os teóricos políticos não devem ser julgados apenas com base em suas posições políticas pessoais.¹⁵⁸ Assim, o conservadorismo de Schmitt deve ser buscado, antes, no seio de seu pensamento. É correto afirmar que Schmitt colaborou, com seu intelecto, para a edificação de regimes totalitários ou ditatoriais.¹⁵⁹ Entretanto coisa bastante diversa é ignorar o seu pensamento com base nesta constatação. Schmitt coloca questões bastante contundentes, as quais não podem ser ignoradas simplesmente em função da escolha política desse autor, ou mesmo em função do matiz autoritário de seu pensamento. O fato de Schmitt centrar suas análises na exceção e não na regra, na vontade política e não na lei, não o torna um simples apologista dos regimes autoritários. Carl Schmitt, ao colocar o elemento político como determinante no momento de instauração de uma ordem jurídica, não fez mais do que reconhecer um fato real e historicamente existente. Sublinhar o elemento político que perpassa o mundo do direito não é mais do que reconhecer a concretude dos desígnios da vida social que tem o poder de jogar por terra as mais refinadas argumentações lógico-formais. De nada valeram os direitos fundamentais elencados no corpo da constituição de Weimar frente ao assalto do poder pelos

¹⁵⁸ *Op. cit.*, p.122.

¹⁵⁹ Entre nós, Nilson Borges Filho bem evidencia a relação entre a idéia schmittiana de ditadura soberana e a Doutrina de Segurança Nacional, vigente em nosso país a partir de 1964. A esse respeito, vide "*Os militares no poder*", p. 58-59.

nazistas. De nada valeu a idéia de uma constituição válida *per si* frente à ausência duma resoluta vontade política capaz de mantê-la no campo das lutas políticas, onde, inexoravelmente, a regra sucumbe à exceção, as palavras à ação e o mais sublime dos ideais tomba ante um simples tiro de fuzil.

BIBLIOGRAFIA

- AGESTA, Luis Sanchez. "Sobre la crisis del regimen parlamentario en Carl Schmitt". In: Revista de Estudios Políticos (Nueva Epoca). Núm. 64. Madrid, 1989.
- AZEVEDO, Plauto Faraco de. Limites e justificação do poder do Estado. Petrópolis: Vozes, 1979.
- BARBOSA, Antônio. "A Constituição de Weimar". In: ABREU, Maria Rosa (org.). Constituinte e Constituição (coletânea de textos). Brasília: Universidade de Brasília, 1987.
- BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. 5º ed. São Paulo: Malheiros, 1994.
- CHÂTELET, François e PISIER-KOUCHNER, Évelyne. As Concepções Políticas do século XX - História do Pensamento Político. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983.
- CLAUSEWITZ, Carl von. Da Guerra. São Paulo: Martins Fontes, 1979.
- DESCARTES, René. O Discurso do Método. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- DUPEUX, Louis. História Cultural da Alemanha. Rio de Janeiro: Renovar, 1982.

FILHO, Nilson Borges. Os Militares no Poder. São Paulo: Acadêmica, 1994.

FLICKINGER, Hans Georg. "A luta pelo espaço autônomo do político". *In*: SCHMITT, Carl. O Conceito do Político. Petrópolis: Vozes, 1992.

FREUND, Julien. L'essence du politique. Paris: Sirey, 1978.

_____. "Préface". *In*: SCHMITT, Carl. La Notion de Politique. Paris: Flammarion, 1992.

_____. "Préface". *In*: SCHMITT, Carl. Terre et Mer. Paris: Le Labyrinthe, 1985.

GAY, Peter. A Cultura de Weimar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

HELLER, Hermann. Teoria do Estado. São Paulo: Mestre Jou, 1968.

HIRST, Paul. A Democracia representativa e seus limites. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

HOBBS, Thomas. Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil. 3º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (coleção: "Os Pensadores").

IRIBARNE, Manuel Fraga. "Carl Schmitt: el hombre y la obra". *In*: Revista de Derecho Político. Núm. 17. Madrid, 1983.

KANT, Immanuel. À paz perpétua. Porto Alegre: L& PM, 1991.

KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

_____. Teoria Geral do Direito e do Estado. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LUKÁCS, Georg. El asalto a la razón - la trayectoria del irracionalismo desde Schelling hasta Hitler. 3º ed. Barcelona: Grijalbo, 1972.

MACEDO JR., Ronaldo Porto. Carl Schmitt e a fundamentação do Direito - A formação do decisionismo institucionalista schmittiano entre os anos de 1920 e 1940. Dissertação de Mestrado em Filosofia (FFCL - USP), 1993.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe. São Paulo: Círculo do Livro, s/d.

MARRAMAO, Giacomo. Poder e Secularização - as categorias do tempo. São Paulo: Unesp, 1995.

MARTÍNEZ, José Caamaño. El pensamiento jurídico - político de Carl Schmitt. Santiago de Compostela: Porto, 1950.

MELO, Oswaldo Ferreira de. "A Política Jurídica e Empirismo de Alf Ross". In: Revista Sequência - Estudos Jurídicos e Políticos. Nº 24. Florianópolis: UFSC, 1992.

MIRANDA, Jorge (org. e trad.). "A Constituição de Weimar". In: _____. Textos históricos do Direito Constitucional. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1980.

MOORE JR., Barrington. Injustiça - as bases sociais da obediência e da revolta. São Paulo: brasiliense, 1987.

MOUFFE, Chantal. "Penser la Démocratie moderne avec, et contre, Carl Schmitt".

In: Revue Française de Science Politique. Vol. 42, num. 01. Paris: Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1992.

PASQUINO, Pasquale. "Carl Schmitt - Teoria da constituição". *In: CHÂTELET, François et alii. Dicionário das Obras Políticas. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1993.*

_____. "Préface". *In: SCHMITT, Carl. Parlamentarisme et démocratie. Paris: Seuil, 1988.*

RICHARD, Lionel. A República de Weimar. São Paulo: Círculo do Livro/Companhia das Letras, 1988.

ROSSEAU, Jean-Jacques. O Contrato Social. 3º ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983 (coleção: "Os Pensadores").

SCHILLING, Voltaire. "Os grandes momentos constitucionais da história da humanidade". *In: ABREU, Maria Rosa (org.). Constituinte e Constituição (coletânea de textos). Brasília: Universidade de Brasília, 1987.*

SCHMITT, Carl. La defensa de la Constitución. Barcelona: Labor, 1931.

_____. La Dictadura. Madrid: Revista de Occidente, 1968.

_____. Legalidad y Legitimidad. Madrid: Aguilar, 1971.

_____. Teoría de la Constitución. México: Nacional, 1981.

- _____. Romanticismo político. Milán: Giuffrè, 1981.
- _____. Terre et Mer. Paris: Le Labyrinthe, 1985.
- _____. Parlamentarisme et démocratie. Paris: Seuil, 1988.
- _____. Théologie politique. Paris: Gallimard, 1988.
- _____. O Conceito do Político. Petrópolis: Vozes, 1992.
- _____. La Notion de Politique. Paris: Flammarion, 1992.
- _____. Théorie du Partisan. Paris: Flemmarion, 1992.
- _____. El nomos de la Tierra en el Derecho de Gentes del Jus Publicum Europaeum. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1979.
- SHIRER, William. Ascensão e queda do III ° Reich - I° volume. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1962.
- SIEYÉS, Emmanuel Joseph. A constituinte burguesa (Qu'est-ce que le Tiers État?). Rio de Janeiro: Liber Juris, 1986.
- STRAUSS, Leo. "Remarques sur la Notion de politique de Carl Schmitt". In: SCHMITT, Carl. Parlamentarisme et démocratie. Paris: Seuil, 1988.
- TENBROCK, Robert-Hermann. Histoire D'Allemagne. I° ed. München: Max Hueber, 1966.

TRATENBERG, Maurício. Burocracia e Ideologia. 2ªed. São Paulo: Ática, 1992.

VANOSI, Jorge Reinaldo A. Teoría Constitucional I - Teoría constituyente.
Buenos Aires: Depalma, 1975.

VERDU, Pablo Lucas. "Carl Schmitt, interprete singular y maximo debedor de la
cultura Politico-Constitucional Demoliberal". In: Revista de Estudios Políticos
(Nueva Epoca). Núm. 64. Madrid, 1989.

WEBER, Max. Economía y Sociedad. México: Fondo de Cultura Económico, 1980.